

*Análise Consolidada
do Poder Executivo*

2 Análise Consolidada do Poder Executivo

2.1 Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

O Plano Plurianual do Estado de Goiás, Lei nº 16.193, de 29 de janeiro de 2008, revisado pela Lei nº 16.871 de 04 de janeiro de 2010, definiu os macro-objetivos (Eixos Governamentais) para o período de 2008-2011, que são:

Goiás Cidadania e Bem-Estar Social – consolidação e expansão de condições promotoras do pleno exercício da cidadania e do bem-estar social, incluindo o acesso justo e universal aos bens e serviços básicos da qualidade de vida, efetivando a dignidade da pessoa humana. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ educação universalizadora de oportunidades;
- ◆ segurança pública integral;
- ◆ saúde de qualidade próxima ao cidadão;
- ◆ rede de proteção e inclusão social;
- ◆ identidade cultural, excelência no esporte e promoção do lazer.

Goiás Empreendedor e Competitivo – avanço da competitividade sistêmica e da eficiência econômica, fomentando os polos dinâmicos de Goiás, considerando a tendência da sociedade do conhecimento e da economia globalizada, gerando níveis adequados de emprego e distribuição de riqueza. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ conhecimento, tecnologia e inovação;
- ◆ economia competitiva e expansão de investimento e empregos;
- ◆ vantagens comparativas em infraestrutura energética, logística e obras públicas;
- ◆ polos dinâmicos industriais, comerciais, de serviços, turísticos, de mineração e de agronegócio;
- ◆ incremento das relações internacionais e comércio exterior.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Goiás Integrado e Sustentável – equacionamento de um modelo de desenvolvimento integrado e sustentável, corrigindo distorções e desequilíbrio regional, locais e urbanos, assegurando o processo com responsabilidade social e qualidade ambiental para as presentes e futuras gerações. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ interiorização do desenvolvimento e cidades sustentáveis;
- ◆ qualidade ambiental e responsabilidade social;
- ◆ regiões de desenvolvimento harmônico e equilibrado;
- ◆ saneamento básico universalizado;
- ◆ habitação popular de qualidade.

Goiás Excelência em Gestão Pública – alcançar a excelência da Administração Pública com foco no cidadão, avançando mais a modernidade e profissionalismo, promovendo a responsabilidade financeira e eficiência fiscal, integrando as ações de um governo transparente, empreendedor e líder do desenvolvimento. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

- ◆ avanço de gestão e regulação efetiva dos serviços públicos;
- ◆ gestão de qualidade a serviço do cidadão;
- ◆ responsabilidade financeira e eficiência fiscal;
- ◆ rede de planejamento, orçamento, gestão e controle interno com ética, transparência e democratização;
- ◆ capacitação, gestão de competências e valorização profissional.

Goiás com Parcerias e União Política – articulação e ativação das capacidades de Estado, do mercado e da sociedade civil rumo ao desenvolvimento, estabelecendo canais de participação, parcerias estratégicas e união política, consolidando a cada dia o novo Goiás. As estratégias mobilizadoras desse eixo governamental são:

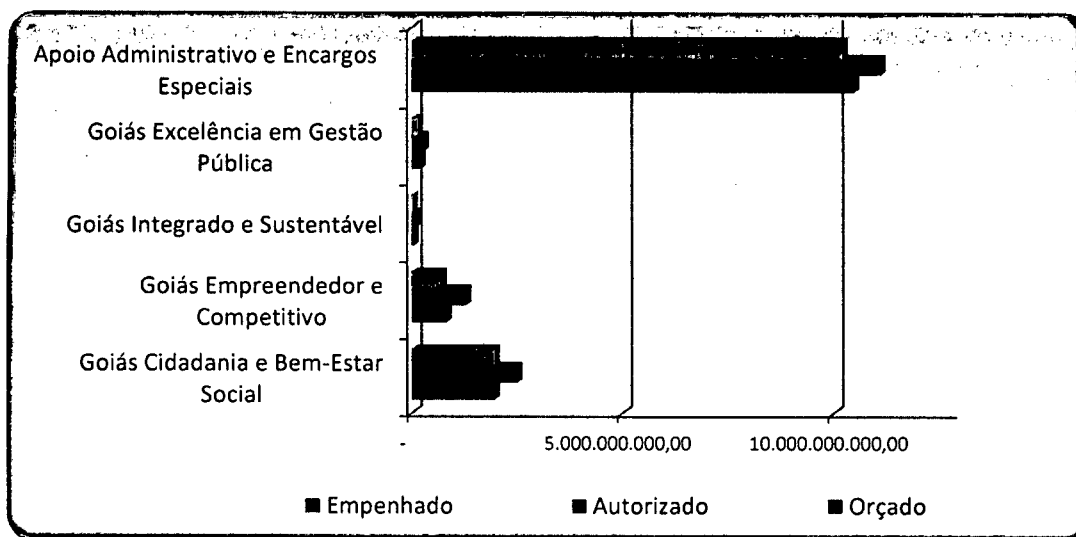
- ◆ parcerias estratégicas para o desenvolvimento;
- ◆ articulação e apoio às administrações municipais;
- ◆ fóruns de debate para o desenvolvimento de Goiás;
- ◆ Goiás líder da alavancagem da região Centro-Oeste;
- ◆ alianças políticas por Goiás.

Ressalta-se que somente nos quatro primeiros Eixos Governamentais ocorre a execução de programas e ações, conforme se verifica no gráfico a seguir, haja vista o macro-objetivo "Goiás com Parcerias e União Política" estar intrínseco aos demais.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

O gráfico abaixo demonstra os recursos destinados a cada macro-objetivo (eixo governamental) e a comparação com os valores efetivamente gastos:

Gráfico 20 Poder Executivo – Macro-objetivos (Eixos Governamentais)



Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Ficaram também determinados os programas a serem executados para atingir cada eixo governamental.

A Lei nº 17.266, de 26 de janeiro de 2011, especificou, para o exercício de 2011 as ações e metas a serem atingidas dentro de cada macro-objetivo (eixo governamental), bem como para os demais programas, que são: Programa de Apoio Administrativo; Programa de Encargos Especiais e Reserva de Contingência.

A seguir, passaremos a discriminar cada macro-objetivo (eixo governamental) e os demais programas:

2.1.1 Goiás Cidadania e Bem-Estar Social

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$1.964.491.000,00, que representava 14,52% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$1.966.768.285,35, que representa 15,06% do total empenhado no exercício para este Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 120 Goiás Cidadania e Bem Estar Social

Estratégias Mobilizadoras	Valor			
	Orçado	Autorizado	Empenhado	% Autorizado/ Empenhado
Educação Universalizadora de Oportunidades	280.432.000	437.991.967	284.714.462	65,00
Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão	1.241.794.000	1.456.221.219	1.314.635.601	90,28
Segurança Pública Integral	221.858.000	333.802.055	154.118.326	46,17
Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer	31.359.000	32.967.611	14.506.026	44,00
Rede de Proteção e Inclusão Social	189.048.000	238.798.257	198.793.871	83,25
Total	1.964.491.000	2.499.781.108	1.966.768.285	78,68

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$1.497.882.285,75, ficando em restos a pagar o valor de R\$468.885.999,60.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

2.1.1.1 Educação Universalizadora de Oportunidades

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 8 Unidades Executoras – Educação Universalizadora de Oportunidades

Códigos	Unidades	Siglas
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SEC
2201	Gabinete do Secretário da Educação	Gab-Seduc
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
3050	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fectec
3051	Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás	Funcape
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta Estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 121 Educação Universalizadora de Oportunidades

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Empenhado
1038	Programa Educacional Salário Escola	325.000	325.000	156.400
1901	Programa Educação Cultura e Movimento	7.551.000	5.516.000	1.026.579
1902	Programa Nossa Escola: Uma Ponte para a Cidadania	57.550.000	127.079.875	88.575.076
1906	Programa Educação e Trabalho	3.121.000	14.733.638	5.438.177
1907	Programa Valorização e Desenvolvimento dos Profissionais da Educação	7.231.000	12.736.713	2.621.835
1909	Programa Gestão, Infraestrutura e Tecnologias	204.654.000	277.600.741	186.896.395
Total		280.432.000	437.991.967	284.714.462

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À Estratégia mobilizadora Educação Universalizadora de Oportunidades foi destinado 2,07% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 2,18%.

A execução da Estratégia mobilizadora Educação Universalizadora de Oportunidades foi equivalente a 65,00% do seu total autorizado.

2.1.1.2 Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta Estratégia Mobilizadora foram:

Quadro 9 Unidades executoras – Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

Códigos	Unidades	Siglas
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
2850	Fundo Especial de Saúde	Funesa
2950	Fundo Estadual de Segurança Pública	Funesp
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Códigos	Unidades	Siglas
5704	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás	Ipasgo
5901	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	Agesep
5950	Fundo Penitenciário Estadual	Funpes

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 122 Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1862	Programa de Aperfeiçoamento do IPASGO Saúde	636.871.000	755.878.086	744.008.555
1852	Programa Melhoria das Condições de Saúde da População	318.166.000	337.241.653	256.359.093
1865	Programa Qualificação e Operacionalização da Rede Assistencial de Referência da SES/GO	223.762.000	312.243.690	284.004.604
1872	Programa Desenvolvimento de Ações de Promoção em Saúde	927.000	982.607	380.931
3309	Programa Qualificação da Gestão em Saúde	62.068.000	49.875.182	29.882.418
Total		1.241.794.000	1.456.221.219	1.314.635.601

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão foi destinado 9,18% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 10,06%.

A execução da estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão foi equivalente a 90,28% do seu total autorizado.

2.1.1.3 Segurança Pública Integral

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Quadro 10 Unidades executoras – Segurança Pública Integral

Códigos	Unidades	Siglas
2901	Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça	Gab-SSP
2902	Polícia Militar	PM
2903	Corpo de Bombeiros Militar	CBM
2904	Polícia Civil	DGPC
2950	Fundo Estadual de Segurança Pública	Funesp
4803	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop
5901	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	Agesepe
5950	Fundo Penitenciário Estadual	Funpes

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes desta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 123 Segurança Pública Integral

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1873	Programa de Prevenção e Combate a Incêndio, Salvamento, Resgate e Defesa Civil	4.437.000	5.123.973	5.112.604
1848	Programa Trânsito Seguro – Preservação da Vida	38.210.000	63.260.000	11.992.316
1849	Programa Detran Cidadão	60.755.000	60.755.000	26.031.658
1878	Programa de Policiamento Repressivo e Investigativo	13.607.000	13.607.000	12.875.867
1850	Programa Estratégico de Prevenção e Repressão ao Crime	14.799.000	23.002.277	22.980.416
1868	Programa Justiça a Serviço da Cidadania	7.661.000	47.052.964	3.371.111
1869	Programa de Reintegração Social do Reeducando e Egresso	2.452.000	3.669.588	2.597.729
1877	Programa de Integração e Controle das Ações de Segurança Pública	1.380.000	1.277.000	479.183

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1888	Programa Estratégico para a Segurança Pública Integral	76.411.000	113.208.836	67.605.483
1899	Programa de Perícias Oficiais e Identificação	1.520.000	2.381.000	982.959
1914	Programa Estadual de Assistência e Proteção a Colaboradores da Justiça em Situação de Risco ou Grave Ameaça	626.000	464.416	89.000
Total		221.858.000	333.802.055	154.118.326

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Segurança Pública Integral foi destinado 1,64% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 1,18%.

A execução da estratégia mobilizadora Segurança Pública Integral foi equivalente a 46,17% do seu total autorizado.

2.1.1.4 Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 11 Unidades Executoras – Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

Códigos	Unidades	Siglas
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2151	Fundo de Assistência Social	Feas
2152	Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	Fecad
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
5201	Agência Goiana de Esporte e Lazer	Agel
5202	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	Agepel

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 124 Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1010	Programa Comunidade Esportiva	1.215.000	3.058.711	1.977.478
1051	Programa Goiás Potência Esportiva	15.371.000	13.204.000	4.527.531
1015	Programa de Apoio e Promoção da Cultura Goiana	10.075.000	10.594.900	5.957.727
1072	Programa Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico	4.698.000	6.110.000	2.043.290
Total		31.359.000	32.967.611	14.506.026

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer foi destinado 0,23% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,11%.

A execução da estratégia mobilizadora Identidade Cultural, Excelência no Esporte e Promoção do Lazer foi equivalente a 44,00% do seu total autorizado.

2.1.1.5 Rede de Proteção e Inclusão Social

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 12 Unidades Executoras – Rede de Proteção e Inclusão Social

Códigos	Unidades	Siglas
1101	Gabinete do Secretário da Casa Civil	Gab-SCC
1201	Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado	Gab-DPEG
1901	Gabinete do Secretário de Articulação Institucional	Gab-SAI
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2151	Fundo de Assistência Social	Feas
2152	Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	Fecad
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
2452	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	Funproduzir
2753	Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	Fundes

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Códigos	Unidades	Siglas
3051	Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás	Funcape
3301	Gabinete do Secretário de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	Gab-Semira

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 125 Rede de Proteção e Inclusão Social

		Em R\$1		
Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1007	Programa Banco do Povo	3.284.000	3.284.000	129.586
1008	Programa Bolsa Universitária	36.003.000	40.228.000	40.225.000
1012	Programa da Juventude	336.000	286.000	37.485
1075	Programa Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	215.000	605.940	418.819
1082	Programa Renda Cidadã	71.198.000	84.206.300	72.804.283
1864	Programa de Qualificação Profissional para a Empregabilidade	1.573.000	6.577.125	5.868.144
1871	Programa de Atendimento ao Trabalhador	3.798.000	4.198.000	3.643.757
1881	Programa de Proteção e Inclusão Social	60.358.000	73.084.789	70.740.899
1898	Programa de Desenvolvimento Comunitário e Promoção de Direitos Humanos	1.699.000	1.519.000	754.609
1900	Programa de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei	4.244.000	10.650.103	2.054.645
1904	Programa de Promoção e Garantia dos Direitos do Idoso	833.000	833.000	99.599
1905	Programa de Promoção e Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência – PROAD	453.000	353.000	4.049
1919	Programa Justiça Cidadã	4.000	4.000	0
1920	Programa de Enfrentamento a Homofobia	141.000	141.000	10.000
3318	Programa de Gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS	2.525.000	2.115.000	140.897
3319	Programa PROMULHER	2.063.000	10.391.999	1.815.961
3320	Programa de Promoção e Defesa da Igualdade Étnico-Racial	321.000	321.000	46.138
Total		189.048.000	238.798.257	198.793.871

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

À estratégia mobilizadora Rede de Proteção e Inclusão Social foi destinado 1,40% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 1,52%.

A execução da estratégia mobilizadora Rede de Proteção e Inclusão Social foi equivalente a 83,25% do seu total autorizado.

2.1.2 Goiás Empreendedor e Competitivo

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$821.546.000,00, que representava 6,07% do total orçado para o Poder Executivo no exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$704.663.451,90, que representa 5,39% do total empenhado para este Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 126 Goiás Empreendedor e Competitivo

Em R\$1

Estratégias Mobilizadoras	Valor			
	Orçado	Autorizado	Empenhado	% Realizado/Autorizado
Conhecimento, Tecnologia e Inovação	126.393.000	159.473.040	116.519.561	73,07
Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos	2.977.000	10.130.433	182.621	1,80
Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas	378.057.000	673.707.325	495.133.385	73,49
Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios	312.404.000	442.728.689	92.701.004	20,94
Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior	1.715.000	1.715.000	126.881	7,40
Total	821.546.000	1.287.754.486	704.663.452	54,72

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$377.926.807,26, ficando em restos a pagar o valor de R\$326.736.644,64.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

2.1.2.1 Conhecimento, Tecnologia e Inovação

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 13 Unidades Executoras – Conhecimento, Tecnologia e Inovação

Códigos	Unidades	Siglas
3001	Gabinete do Secretário de Ciência e Tecnologia	Gab-Sectec
3050	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fectec
3051	Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás	Funcape
4803	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
6001	Universidade Estadual de Goiás	UEG
6002	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Fapeg

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 127 Conhecimento, Tecnologia e Inovação

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1847	Programa Inovar – Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	20.743.000	37.754.790	36.568.877
1911	Programa UEG: Força que Transforma Goiás	99.888.000	104.752.326	76.761.628
1863	Programa Goiás Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento	5.130.000	16.878.924	3.172.102
1870	Programa de Meteorologia e Estudos Hidrológicos e Climatológicos	632.000	87.000	16.953
Total		126.393.000	159.473.040	116.519.561

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Conhecimento, Tecnologia e Inovação foi destinado 0,93% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,89%.

A execução da estratégia mobilizadora Conhecimento, Tecnologia e Inovação foi equivalente a 73,07% do seu total autorizado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

2.1.2.2 Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 14 Unidades Executoras – Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

Códigos	Unidades	Siglas
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2401	Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio	Gab-SIC
2501	Gabinete do Secretário de Infraestrutura	Gab-Seinfra
2702	Encargos Gerais do Estado	Encargos-Segplan
2753	Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	Fundes

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar o programa referente a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 128 Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1874	Programa de Desenvolvimento da Competitividade	2.977.000	10.130.433	182.621
Total		2.977.000	10.130.433	182.621

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos foi destinado 0,022% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Economia Competitiva e Expansão de Investimentos e Empregos foi equivalente a 1,80% do seu total autorizado.

2.1.2.3 Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 15 Unidades executoras – Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

Códigos	Unidades	Siglas
2001	Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação	Gab-Seagro
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
2450	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás	Fomentar
2452	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	Funproduzir
2501	Gabinete do Secretário de Infraestrutura	Gab-Seinfra
2601	Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Gab-Semarh
2650	Fundo Estadual do Meio Ambiente	Femal
2902	Polícia Militar	PM
3050	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fectec
4803	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop
5550	Fundo de Transportes	Funtransp

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 129 Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas

Em R\$1				
Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1002	Programa Aeroportuário	13.659.000	11.431.099	1.325.745
1005	Programa Asfalto Novo	1.001.000	36.511.000	36.009.998
1011	Programa Conservação e Segurança da Malha Rodoviária	102.839.000	303.471.716	277.209.903
1019	Programa de Construção, Ampliação, Reforma e Gerência de Próprios Públicos	8.200.000	21.139.825	9.436.791
1042	Programa Estrada Nova – Apoio ao Consórcio Intermunicipal de Obras – CIMO's	2.000	287.989	0
1050	Programa Goiás Pavimentado	183.003.000	226.231.416	114.465.026
1066	Programa Melhoramento e Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual – BIRD	150.000	150.000	0

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1034	Programa Desenvolvimento da Rede Multimodal de Transporte	58.461.000	64.242.279	56.659.445
1039	Programa Energia e Telecomunicações	8.372.000	8.372.000	26.478
1846	Programa Política Integrada para o Serviço de Transporte Rural	1.701.000	1.401.000	0
1855	Programa Goiano de Bioenergia	669.000	469.000	0
Total		378.057.000	673.707.325	495.133.385

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética, Logística e Obras Públicas foi destinado 2,79% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 3,79%.

A execução da estratégia mobilizadora Vantagens Comparativas em Infraestrutura Energética foi equivalente a 73,49% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Programa Estrada Nova – Apoio ao Consórcio Intermunicipal de Obras – CIMO'S, Programa Melhoramento e Gerenciamento da Malha Rodoviária Estadual – BIRD, Programa Política Integrada para o Serviço de Transporte Rural e o Programa Goiano de Bioenergia, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.2.4 Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 16 Unidades Executoras – Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

Códigos	Unidades	Siglas
2001	Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação	Gab-Seagro
2050	Fundo Especial de Desenvolvimento Rural	Funder
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
2401	Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio	Gab-SIC
2450	Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás	Fomentar
2452	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	Funproduzir
2453	Fundo de Fomento à Mineração	Funmineral

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Códigos	Unidades	Siglas
2702	Encargos Gerais do Estado	Encargos-Segplan
5001	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária	Emater-GO
5003	Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Agrodefesa
5403	Agência Estadual de Turismo	Goiás Turismo

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 130 Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1875	Programa Estadual de Desenvolvimento Agrário e Social	555.000	1.930.226	459.751
1883	Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural	154.000	9.298.772	2.835.916
1884	Programa Estadual de Pesquisa Agropecuária	18.964.000	37.028.962	20.591.379
1917	Programa de Vigilância Agropecuária	3.135.000	11.128.909	7.422.737
1897	Programa Mostra Goiás	57.196.000	142.107.225	11.412.392
1003	Programa Agrofamiliar	12.851.000	18.427.142	9.674.297
1009	Programa Institucional para o Desenvolvimento da Agropecuária	3.019.000	2.801.408	728.953
1913	Programa Goiás Agropecuário	687.000	806.517	219.320
1048	Programa Goiás Irrigar	127.212.000	125.412.000	4.248.574
1018	Programa de Competitividade e Apoio às Micro e Pequenas Empresas	744.000	744.000	134.535
1020	Programa de Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás – PRODUZIR	35.285.000	40.285.000	17.166.384
1031	Programa de Promoção Comercial	4.663.000	4.663.000	1.631.757
1857	Programa de Modernização Industrial	30.335.000	30.335.000	5.117.041
1912	Programa Mineração Gerando Mais Riqueza e Renda	17.604.000	17.760.527	11.057.969
Total		312.404.000	442.728.689	92.701.004

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios foi destinado 2,31% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,71%.

A execução da estratégia mobilizadora Polos Dinâmicos Industriais, Comerciais, de Serviços, Turísticos, de Mineração e de Agronegócios foi equivalente a 20,94% do seu total autorizado.

2.1.2.5 Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

As unidades executoras das ações desenvolvidas no programa desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 17 Unidades Executoras – Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

Códigos	Unidades	Siglas
2401	Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio	Gab-SIC
2452	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	Funproduzir

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela seguinte podemos identificar o programa referente a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 131 Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1860	Programa Goiás Exportador	1.715.000	1.715.000	126.881
Total		1.715.000	1.715.000	126.881

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior foi destinado 0,013% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Incremento das Relações Internacionais e Comércio Exterior foi equivalente a 7,40% do seu total autorizado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

2.1.3 Goiás Integrado e Sustentável

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$44.698.000,00, que representava 0,33% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$23.333.930,47, que representa 0,18% do total empenhado no exercício para esse Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 132 Goiás Integrado e Sustentável

Estratégias Mobilizadoras	Valor			
	Orçado	Autorizado	Empenhado	% Realizado/Autorizado
Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis	951.000	1.985.776	278.698	14,03
Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social	9.837.000	22.889.851	5.673.420	24,79
Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado	7.072.000	10.559.620	6.714.869	63,59
Saneamento Básico Universalizado	8.548.000	9.788.000	2.498.262	25,52
Habitação Popular de Qualidade	18.290.000	23.056.682	8.168.682	35,43
Total	44.698.000	68.279.929	23.333.930	34,17

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$9.435.471,86, ficando em restos a pagar o valor de R\$13.898.458,61.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

2.1.3.1 Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 18 Unidades Executoras – Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis

Códigos	Unidades	Siglas
5701	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	AGDR
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-Secid

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a esta estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 133 Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1033	Programa de Desenvolvimento Local e Urbanístico	559.000	1.373.776	246.373
1866	Programa Planejamento Urbano e Cidades Sustentáveis	231.000	151.000	0
1882	Programa Fortalecimento da Gestão Municipal	161.000	461.000	32.325
Total		951.000	1.985.776	278.698

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis foi destinado 0,007% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,002%.

A execução da estratégia mobilizadora Interiorização do Desenvolvimento e Cidades Sustentáveis foi equivalente a 14,03% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Planejamento Urbano e Cidades Sustentáveis, embora tivesse recursos alocados no orçamento, não foi executado.

2.1.3.2 Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

As unidades executoras das ações desenvolvidas no programa desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 19 Unidades Executoras – Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

Códigos	Unidades	Siglas
2601	Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Gab-Semarh
2650	Fundo Estadual do Meio Ambiente	Fema

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 134 Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1856	Programa Goiás Qualidade Ambiental	9.837.000	22.889.851	5.673.420
Total		9.837.000	9.837.000	22.889.851

Em R\$1

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social foi destinado 0,07% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,04%.

A execução da estratégia mobilizadora Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social foi equivalente a 24,79% do seu total autorizado.

2.1.3.3 Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 20 Unidades executoras – Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

Códigos	Unidades	Siglas
1701	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia	Gab-SDRM
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-CID
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás
2501	Gabinete do Secretário de Infraestrutura	Gab-Seinfra
2702	Encargos Gerais do Estado	Encargos-Segplan
5701	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	AGDR

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 135 Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1879	Programa para Mobilidade na Região Metropolitana e Municípios de Médio Porte	4.794.000	3.512.681	3.286.681
1880	Programa de Planejamento e Infraestrutura Metropolitana	225.000	225.000	0
1023	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal	1.253.000	6.741.803	3.428.188
1024	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano	378.000	61.247	0
1035	Programa Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo	422.000	18.889	0
Total		7.072.000	10.559.620	6.714.869

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011

À estratégia mobilizadora Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado foi destinado 0,052% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,051%.

A execução da estratégia mobilizadora Regiões de Desenvolvimento Harmônico e Equilibrado foi equivalente a 63,59% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Planejamento e Infraestrutura Metropolitana, Desenvolvimento Sustentável do Norte Goiano e Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Goiano – Nordeste Novo, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.3.4 Saneamento Básico Universalizado

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foi:

Quadro 21 Unidade executora – Saneamento Básico Universalizado

Códigos	Unidades	Siglas
1701	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia	Gab-SDRM
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-CID

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 136 Saneamento Básico Universalizado

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1885	Programa Solução para os Esgotos Sanitários e Resíduos Sólidos em todas as Cidades	7.312.000	7.312.000	2.498.262
1886	Programa Planos de Saneamento	624.000	624.000	0
1887	Programa Água Potável para Todos	612.000	1.852.000	0
Total		8.548.000	9.788.000	2.498.262

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Saneamento Básico Universalizado foi destinado 0,06% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,02%.

A execução da estratégia mobilizadora Saneamento Básico Universalizado foi equivalente a 25,52% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Planos de Saneamento, e o Programa Água Potável para Todos, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.3.5 Habitação Popular de Qualidade

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 22 Unidades executoras – Habitação Popular de Qualidade

Código	Unidade	Sigla
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-CID
1851	Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social	Fehis
2350	Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	Protege Goiás

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 137 Habitação Popular de Qualidade

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1069	Programa Morada Nova	18.290.000	23.056.682	8.168.682
Total		18.290.000	23.056.682	8.168.682

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Habitação Popular de Qualidade foi destinado 0,14% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,06%.

A execução da estratégia mobilizadora Habitação Popular de Qualidade foi equivalente a 35,43% do seu total autorizado.

2.1.4 Goiás Excelência em Gestão Pública

Para este eixo governamental foi orçado o valor de R\$203.401.000,00, que representava 1,50% do total orçado para o Poder Executivo. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$139.379.058,14, que representa 1,07% do total empenhado no exercício para esse Poder.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Tabela 138 Goiás Excelência em Gestão Pública

Estratégias Mobilizadoras	Valor			
	Orçado	Autorizado	Empenhado	%Realizado/ Autorizado
Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos	176.309.000	240.028.466	119.195.296	49,66
Gestão de Qualidade Serviço do Cidadão	6.056.000	8.368.000	3.140.290	37,53
Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal	12.757.000	20.401.908	16.451.832	80,64
Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização	793.000	1.329.002	426.408	32,08
Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional	7.486.000	4.664.799	165.233	3,54
Total	203.401.000	274.792.175	139.379.058	50,72

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011

Do total empenhado foi pago no exercício o valor de R\$91.117.010,31, ficando em restos a pagar o valor de R\$48.262.047,83.

Detalhamos nos itens que se seguem os programas de cada estratégia mobilizadora acima elencada:

2.1.4.1 Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 23 Unidades Executoras – Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

Códigos	Unidades	Siglas
1101	Gabinete do Secretário da Casa Civil	Gab-SCC
1201	Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado	Gab-DPEG
1301	Gabinete do Vice-Governador	Gab-VG
1401	Gabinete do Procurador Geral do Estado	Gab-PGE
1501	Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado	Gab-CGE
1601	Gabinete do Chefe do Gabinete Militar	Gab-GM
1701	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia	Gab-SDRM
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-CID
1901	Gabinete do Secretário de Articulação Institucional	Gab-SAI
2001	Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação	Gab-Seagro
2050	Fundo Especial de Desenvolvimento Rural	Funder
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2201	Gabinete do Secretário da Educação	Gab-Seduc
2301	Gabinete do Secretário da Fazenda	Gab-Sefaz
2351	Fundo de Modernização da Administração Fazendária	Fundaf
2452	Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	Funproduzir
2453	Fundo de Fomento à Mineração	Funmineral
2501	Gabinete do Secretário de Infraestrutura	Gab-Seinfra
2601	Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Gab-Semarh

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Códigos	Unidades	Siglas
2650	Fundo Estadual do Meio Ambiente	Fema
2701	Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento	Gab-Segplan
2702	Encargos Gerais do Estado	Encargos-Segplan
2751	Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	Funcam
2753	Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	Fundes
2850	Fundo Especial de Saúde	Funesa
2901	Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça	Gab-SSP
2902	Polícia Militar	PM
2904	Polícia Civil	PC
2950	Fundo Estadual de Segurança Pública	Funesp
3050	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fectec
3301	Gabinete do Secretário de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	Gab-Semira
4101	Agência Goiana de Comunicação	Agecom
4103	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
5003	Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Agrodefesa
5201	Agência Goiana de Esporte e Lazer	Agel
5202	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	Agepel
5401	Junta Comercial do Estado de Goiás	Juceg
5403	Agência Estadual de Turismo	Goiás Turismo
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop
5701	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	AGDR
5702	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	AGR
5704	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás	Ipasgo
5705	Goiás Previdência	Goiasprev
5901	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	Agesep
6001	Universidade Estadual de Goiás	UEG
6002	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Fapeg

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 139 Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos

Em R\$1

Códigos	Programas Descrição	Valor		
		Orçado	Autorizado	Realizado
3008	Programa de Modernização do Uso da Tecnologia da Informação	122.912.000	112.122.772	31.791.635
1858	Programa Comunicação e Publicidade Institucional das Ações Governamentais e Notícias Eletrônicas	14.316.000	70.129.608	68.650.079
1859	Programa Modernização, Ampliação e Atualização Técnica das Rádios, Televisão Brasil Central e Gráfica de Goiás	9.768.000	9.546.621	4.693.856
3013	Programa Estadual de Regulação	5.873.000	7.879.465	6.595.077
1867	Programa de Gestão Previdenciária	1.632.000	1.632.000	0
1044	Programa JUCEG Ágil	26.000	26.000	0
3004	Programa de Apoio aos Municípios e Entidades sem Fins Lucrativos – Convênios	1.149.000	16.209.000	5.518.703
3315	Programa de Aplicação de Recursos Externos na Administração Pública Estadual	19.478.000	21.278.000	1.728.760
3317	Programa Estadual de Investimentos, Parcerias e Desestatização	955.000	1.205.000	217.185
1053	Programa Governo Itinerante	200.000	0	0
Total		176.309.000	240.028.466	119.195.296

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos foi destinado 1,30% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,91%.

A execução da estratégia mobilizadora Avanço de Gestão e Regulação Efetiva dos Serviços Públicos foi equivalente a 49,66% do seu total autorizado.

Verifica-se que os programas Gestão Previdenciária, Juceg Ágil e Governo Itinerante, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.4.2 Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 24 Unidades Executoras – Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

Códigos	Unidades	Siglas
2001	Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação	Gab-Seagro
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2201	Gabinete do Secretário da Educação	Gab-Seduc
2301	Gabinete do Secretário da Fazenda	Gab-Sefaz
2351	Fundo de Modernização da Administração Fazendária	Fundaf
2601	Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Gab-Semarh
2650	Fundo Estadual do Meio Ambiente	Fema
2701	Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento	Gab-Segplan
2751	Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	Funcam
2850	Fundo Especial de Saúde	Funesa
2901	Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça	Gab-SSPJ
2950	Fundo Estadual de Segurança Pública	Funesp
2951	Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor	Procon
4803	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
5003	Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Agrodefesa
5202	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	Agepel
5403	Agência Estadual de Turismo	Goiás Turismo
5702	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	AGR
5705	Goiás Previdência	Goiasprev

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 140 Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
1853	Programa de Excelência no Atendimento ao Cidadão – VAP VUPT	4.079.000	6.541.000	3.110.290
3316	Programa da Qualidade dos Serviços Públicos	270.000	370.000	0
1903	Programa de Proteção aos Direitos do Consumidor	811.000	811.000	30.000
3314	Programa de Excelência Gerencial na Administração Pública do Estado de Goiás (PEG)	896.000	646.000	0
Total		6.056.000	8.368.000	3.140.290

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão foi destinado 0,04% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,02%.

A execução da estratégia mobilizadora Gestão de Qualidade a Serviço do Cidadão foi equivalente a 37,53% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa da Qualidade dos Serviços Públicos, e o Programa de Excelência Gerencial na Administração Pública, embora tivessem recursos alocados no orçamento, não foram executados.

2.1.4.3 Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 25 Unidades executoras – Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

Códigos	Unidades	Siglas
2301	Gabinete do Secretário da Fazenda	Gab-Sefaz
2351	Fundo de Modernização da Administração Fazendária	Fundaf
2701	Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento	Gab-Segplan
2751	Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	Funcam
2753	Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	Fundes

Fonte: Execução do Orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 141 Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
3006	Programa de Gestão das Finanças Públicas	90.000	120.653	7.426
3321	Programa Estratégico para Otimização de Recursos Públicos	814.000	814.000	0
3017	Programa Incremento da Receita	11.853.000	19.467.255	16.444.406
Total		12.757.000	20.401.908	16.451.832

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal foi destinado 0,09% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 0,13%.

A execução da estratégia mobilizadora Responsabilidade Financeira e Eficiência Fiscal foi equivalente a 80,64% do seu total autorizado.

Verifica-se que o Programa Estratégico para Otimização de Recursos Públicos, embora tivesse recursos alocados no orçamento, não foi executado.

2.1.4.4 Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 26 Unidades Executoras – Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

Códigos	Unidades	Siglas
1501	Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado	Gab-CGE
2351	Fundo de Modernização da Administração Fazendária	Fundaf
2701	Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento	Gab-Segplan
2751	Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	Funcam
2753	Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	Fundes

Fonte: Execução do orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes a essa estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 142 Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
3311	Programa GOIASTRANSPARENTE	11.000	91.000	53.032
3312	Programa GOIASCONTROLE	197.000	583.002	170.472
3020	Programa Rede Goiás de Planejamento e Orçamento	585.000	655.000	202.903
Total		793.000	1.329.002	426.408

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização foi destinado 0,006% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,003%.

A execução da estratégia mobilizadora Rede de Planejamento, Orçamento, Gestão, Controle Interno com Ética, Transparência e Democratização foi equivalente a 32,08% do total autorizado.

2.1.4.5 Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

As unidades executoras das ações desenvolvidas nos programas desta estratégia mobilizadora foram:

Quadro 27 Unidades Executoras – Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

Códigos	Unidades	Siglas
701	Gabinete do Procurador Geral de Justiça	Gab-MP-PGJ
1101	Gabinete do Secretário da Casa Civil	Gab-SCC
1301	Gabinete do Vice-Governador	Gab-VG
1501	Gabinete do Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado	Gab-CGE
1601	Gabinete do Chefe do Gabinete Militar	Gab-GM
1701	Gabinete do Secretário de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia	Gab-SDRM
1801	Gabinete do Secretário das Cidades	Gab-CID
1901	Gabinete do Secretário de Articulação Institucional	Gab-SAI
2001	Gabinete do Secretário de Agricultura, Pecuária e Irrigação	Gab-Seagro

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Códigos	Unidades	Siglas
2101	Gabinete do Secretário de Cidadania e Trabalho	Gab-SECT
2201	Gabinete do Secretário da Educação	Gab-Seduc
2301	Gabinete do Secretário da Fazenda	Gab-Sefaz
2351	Fundo de Modernização da Administração Fazendária	Fundaf
2401	Gabinete do Secretário de Indústria e Comércio	Gab-SIC
2501	Gabinete do Secretário de Infraestrutura	Gab-Seinfra
2601	Gabinete do Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	Gab-Semarh
2650	Fundo Estadual do Meio Ambiente	Fema
2701	Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento	Gab-Segplan
2751	Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	Funcam
2801	Gabinete do Secretário da Saúde	Gab-SES
2901	Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça	Gab-SSPJ
2902	Polícia Militar	PM
2903	Corpo de Bombeiros Militar	CBM
2904	Polícia Civil	PC
2950	Fundo Estadual de Segurança Pública	Funesp
3050	Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	Fectec
3051	Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás	Funcape
4101	Agência Goiana de Comunicação	Agecom
4803	Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	Detran
5003	Agência Goiana de Defesa Agropecuária	Agrodefesa
5201	Agência Goiana de Esporte e Lazer	Agel
5202	Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	Agepel
5401	Junta Comercial do Estado de Goiás	Juceg
5403	Agência Estadual de Turismo	Goiás Turismo
5501	Agência Goiana de Transportes e Obras	Agetop
5701	Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	AGDR
5702	Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	AGR
5704	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás	Ipasgo
5705	Goiás Previdência	Goiasprev
5901	Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	Agesep
6001	Universidade Estadual de Goiás	UEG
6002	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	Fapeg

Fonte: Execução do orçamento no exercício de 2011 – Objetivos e Programas de Governo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Na tabela abaixo podemos identificar os programas referentes à estratégia mobilizadora, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 143 Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
3010	Programa de Gestão de Pessoas	2.768.000	2.446.799	164.966
3308	Programa de Educação Corporativa do Estado de Goiás	4.718.000	2.218.000	267
Total		7.486.000	4.664.000	165.233

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

À estratégia mobilizadora Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional foi destinado 0,055% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual diminuiu para 0,001%.

A execução da estratégia mobilizadora Capacitação, Gestão de Competências e Valorização Profissional foi equivalente a 3,54% do seu total autorizado.

2.1.5 Goiás com Parcerias e União Política

O Orçamento não destinou recursos a este eixo governamental.

2.1.6 Apoio Administrativo e Encargos Gerais

O Orçamento destinou, no âmbito do Poder Executivo, recursos para Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reservas de Contingências.

Para estes programas foi orçado o valor de R\$10.494.545.000,00, que representava 77,57% do total orçado para o exercício. Ao final do exercício o valor realizado foi de R\$10.227.600.131,59, que representa 78,30% do total empenhado no exercício.

Este eixo governamental agrega as seguintes estratégias mobilizadoras da economia:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 144 Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reservas de Contingências

Em R\$1

Estratégias Mobilizadoras	Valor			
	Orçado	Autorizado	Empenhado	% Empenhado/ Autorizado
Apoio Administrativo	5.009.852.000	5.378.120.630	5.066.063.641	94,20
Reserva de Contingência	365.753.000	26.263.686	-	-
Encargos Especiais	5.118.940.000	5.712.984.941	5.161.536.491	90,35
Total	10.494.545.000	11.117.369.257	10.227.600.132	92,00

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Do total empenhado no âmbito do Poder Executivo, foi pago no exercício o valor de R\$9.890.707.796,66, ficando em restos a pagar o valor de R\$336.892.334,93.

2.1.6.1 Apoio Administrativo

Na próxima tabela podemos identificar os programas referentes a Apoio Administrativo, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Tabela 145 Apoio Administrativo

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
4001	Apoio Administrativo	4.630.660.000	5.022.012.551	4.719.295.455
4002	Programa Gestão e Coordenação do Governo Estadual	8.062.000	17.157	0
4004	Programa Segurança/Proteção das Autoridades Governamentais	17.760.000	23.367.987	22.192.319
4005	Programa Apoio a Gestão e Coordenação do Governo Estadual	4.340.000	3.940.000	3.478.607
4006	Programa de Defesa dos Interesses Legais da Administração Pública Estadual	78.201.000	65.701.000	61.536.777
4008	Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Educação	99.000	98.000	21.807
4009	Programa de Coordenação e Apoio às Ações de Policiamento Repressivo	264.276.000	254.240.667	251.375.766

Em R\$1

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
4011	Programa de Manutenção e Conservação do Palácio Pedro Ludovico Teixeira	3.201.000	5.428.268	5.155.767
4012	Programa de Manutenção e Conservação do Palácio das Esmeraldas	3.201.000	3.264.000	2.997.623
4026	Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Cultura	52.000	51.000	9.520
Total		5.009.852.000	5.378.120.630	5.066.063.641

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

Ao Apoio Administrativo foi destinado 37,03% do total orçado para o Poder Executivo, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 38,79%.

A execução da estratégia mobilizadora Apoio Administrativo foi equivalente a 94,20% do seu total autorizado.

2.1.6.2 Reserva de Contingência

O orçamento anual pode consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

À Reserva de Contingência foi destinado R\$365.753.000,00, que representava 2,70% do total orçado para o Poder Executivo e o valor de R\$339.489.314,20 foi usado como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares. Ao final do exercício, restou um crédito autorizado de R\$26.263.685,80.

2.1.6.3 Encargos Especiais

Os Encargos Especiais tem como objetivo o atendimento às despesas das quais não se possa associar um bem ou serviço ofertado diretamente à sociedade.

Aos Encargos Especiais no âmbito do Poder Executivo foi destinado 37,84% do total orçado, sendo que na sua execução este percentual aumentou para 39,52%.

Na próxima tabela podemos identificar os programas referentes aos Encargos Especiais, bem como os respectivos valores orçados, autorizados e empenhados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Tabela 146 Encargos Especiais – Programas

Programas		Valor		
Códigos	Descrição	Orçado	Autorizado	Realizado
0000	Encargos Especiais	5.118.940.000	5.712.984.941	5.161.536.491
Total		5.118.940.000	5.712.984.941	5.161.536.491

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

As ações efetivamente executadas neste programa foram as seguintes:

Tabela 147 Encargos Especiais – Ações

Programa / Ações		Valor Empenhado	%
Códigos	Descrição		
7001	Encargos com Inativos e Pensionistas	1.288.780.207	24,97
7002	Encargos c/ Inativos e Pensionistas na Área da Educação Básica	475.473.601	9,21
7003	Encargos c/ Inativos e Pensionistas na Área da Saúde	113.382	0,00
7005	Encargos Judiciários	80.827.853	1,57
7008	Contribuições ao PASEP	108.016.556	2,09
7010	Subvenções Econômicas as Empresas em Liquidação	23.200.624	0,45
7012	Encargos Especiais na Área da Saúde	1.837.986	0,04
7013	Obrigações ao Instrumento de Novação entre o Estado e a Celgpar e Suas Subsidiárias	1.600.000.000	31,00
7014	Encargos Especiais Gerais	38.416.570	0,74
7019	Constituição e/ou Aumento de Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas	139.082.000	2,69
7020	Constituição e/ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras	10.987.735	0,21
7022	Encargos da Dívida Pública Interna	1.382.169.494	26,78
7023	Encargos da Dívida Pública Externa	12.630.484	0,24
Total		5.161.536.491	100,00

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011 e Balanço Geral do Estado 2011.

2.1.7 Relatório de Gestão Governamental

O Secretário da Controladoria Geral do Estado, em cumprimento às determinações regimentais, encaminhou a este Tribunal, por meio dos Ofícios nº 1094/2012-CGE, datado de 13 de abril de 2012 e de nº 1.323/2012 – CGE/GAb de 09 de maio de 2012, o Relatório de Gestão Governamental de 2011.

O referido relatório tem a finalidade de demonstrar a relação entre a execução orçamentária-físico-financeiro e as ações desenvolvidas em face do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2011, abordando temas no contexto da administração pública estadual, como o Desempenho da Economia Goiana, o Anexo de Metas Fiscais – Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as Vinculações Constitucionais e Contratos de Gestão os programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais, os Programas Finalísticos e de Gestão de Políticas Públicas dos demais Poderes e Ministério Público, os Contratos de Gestão, as Ações desenvolvidas pelo Controle Interno, os Créditos Adicionais e a Dívida Ativa Estadual.

Destaca-se alguns pontos relevantes apontados pelo Relatório de Gestão Governamental:

a) Vinculações Constitucionais

- ◆ o Estado de Goiás cumpriu o preceito constitucional ao aplicar 25,62% da sua receita líquida no setor educação;
- ◆ o Estado de Goiás cumpriu a determinação constitucional ao aplicar 13,66% da sua receita líquida no setor saúde;
- ◆ o Estado de Goiás cumpriu todos os percentuais de aplicação determinados pela Emenda Constitucional nº 43, de 12 de maio de 2009, em todas as unidades orçamentárias que compõem a política de ciência e tecnologia, inclusive educação superior estadual.

b) Restos a Pagar

- ◆ os restos a pagar inscritos em 31/dez/2011 estão assim discriminados: Processados: R\$ 426.399.515,16 e Não Processados: R\$ 894.936.368,16, perfazendo um total de R\$ 1.317.211.462,06, valores consultados no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SiofiNet. Pode se afirmar que a conta Restos a Pagar ficou na ordem de R\$ 1.625.300.217,06, em 31 de dezembro de 2011.

c) Eixos/Macro-Objetivos Governamentais

- ◆ a execução de programas no Eixo Articulação Institucional e Política – “Goiás com Parcerias e União Política”, permeia em todos os demais, nos quais estão inseridas 20 (vinte) estratégias mobilizadoras, contendo 118 programas governamentais finalísticos e de gestão de políticas públicas. Quanto aos Programas de Apoio Administrativo, Encargos Especiais e Reserva de Contingência, eles perfazem um total de 12 programas. Os demais Poderes e Ministério Público, por sua vez,

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

apresentam dez programas, sendo sete finalísticos e três de gestão de políticas públicas, além dos programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais;

- ◆ as diretrizes, os programas e as metas da Administração Pública estadual para o quadriênio 2008/2011 são distribuídos nos orçamentos anuais de acordo com as prioridades adotadas pelo governo para cada exercício. Em 2011, foram consignadas aos órgãos e entidades estaduais 540 ações, distribuídas em 118 programas, finalísticos e de gestão, que por sua vez foram agrupados em estratégias mobilizadoras e Eixos/macro-objetivos;
- ◆ os programas: 1862 – Programa de Aperfeiçoamento do Ipasgo Saúde, 1852 – Programa Melhoria das Condições de Saúde da População, 1865 – Programa Qualificação e Operacionalização da Rede Assistencial de Referência da SES/GO e 1909 – Programa Gestão, Infra-estrutura e Tecnologias respondem juntos por 75,56% de toda despesa liquidada no Eixo Desenvolvimento Humano e Social – Goiás Cidadania e Bem-estar Social;
- ◆ a execução financeira (total de despesas liquidadas) do Eixo/ Macro-objetivo atingiu 62,88% do orçamento autorizado. Destaca-se ainda que a estratégia mobilizadora Saúde de Qualidade Próxima ao Cidadão apresentou a maior participação relativa dentro do Eixo, representando 68,71% do valor total liquidado.

d) Programas de Apoio Administrativo e de Encargos Especiais

- ◆ os programas convencionados como de Apoio Administrativo, no exercício de 2011, são identificados por: 4001 – Programa de Apoio Administrativo, 4002 – Programa Gestão e Coordenação do Governo Estadual, 4004 – Programa Segurança e Proteção das Autoridades Governamentais, 4005 – Programa Apoio à Gestão e Coordenação do Governo Estadual, 4006 – Programa de Defesa dos Interesses Legais da Administração Pública Estadual, 4008 – Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Educação, 4009 – Programa de Coordenação e Apoio às Ações de Policiamento Repressivo, 4011 – Programa de Manutenção e Conservação do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 4012 – Programa de Manutenção e Conservação do Palácio das Esmeraldas e 4026 – Programa de Manutenção do Conselho Estadual de Cultura. Os programas de Apoio Administrativo apresentaram execução de 93,86% do orçamento atualizado. O total de despesas liquidadas corresponde a 91,64% do Orçamento Autorizado para os Programas de Apoio Administrativo;
- ◆ a execução orçamentária no Programa de Encargos Especiais, no exercício de 2011, atingiu 90,81% do orçamento autorizado, com uma despesa empenhada no total de R\$ 5.694.928.438,88. A despesa paga nesse programa, nesse mesmo ano, somou R\$ 5.611.264.325,85, gerando um passivo financeiro nesse programa de R\$ 83.664.113,03;
- ◆ as unidades 2302 – Encargos Financeiros do Estado – e 5705 – Goiás Previdência – respondem juntas por 84,87% do total de despesa liquidada no Programa Encargos Especiais no exercício de 2011.

e) Contratos de Gestão Firmados pelo Estado de Goiás com Vigência no Ano de 2011

- ◆ o Contrato de Gestão nº 123/2011-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Goiana de Integralização e Reabilitação – AGIR visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo – CRER, com a pactuação de indicadores de desempenho e de qualidade, em regime de 24 horas/dia, assegurando assistência universal e equânime aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, com sua vigência iniciando em 18/06/2011 e terminando em 17/06/2012, e valor total de R\$36.000.000,00 (trinta e seis milhões de reais);
- ◆ o Contrato de Gestão nº 120/2010-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Pró-Saúde,

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

qualificada como Organização Social, visando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital de Urgências da Região Sudoeste de Goiás, situado na cidade de Santa Helena e Primeiro Termo Aditivo do referido ajuste, com vigência iniciando em 16/11/2011 e terminando em 15/11/2012, e valor total de R\$37.800.000,00 (trinta e sete milhões e oitocentos mil reais);

- ♦ o Contrato de Gestão nº 001/2010-SES/GO firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação de Assistência Social de Anápolis com vistas à promoção de ações assistenciais de atenção à saúde do Hospital de Urgências de Anápolis – HUANA, e Termo Aditivo nº 013/2011 – SES/GO do referido ajuste, com vigência iniciando em 07/05/2011 e terminando em 06/05/2012, e valor total de R\$31.200.000,00 (trinta e um milhões e duzentos mil reais);
- ♦ o Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA, firmado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), para viabilizar a execução das atividades de atendimento à mulher em situação de violência, à pessoa idosa em perspectiva de gênero, raça e etnia e à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), com a disponibilização de profissionais para atendimento ao público alvo, em consonância com as diretrizes, prioridades e metas dispostas no Plano de Trabalho, com início de vigência em 1º/02/2010 e término em 31/01/2011 no valor total de R\$129.240,34 (cento e vinte e nove mil duzentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos);
- ♦ o Contrato de Gestão nº 01/2011-SEGPLAN, firmado entre a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento e a Organização das Voluntárias de Goiás – OVG, qualificada como Organização Social, visando à gestão, o fomento e a execução de atividades de Assistência Social, baseadas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e legislação correlata, bem como a execução e manutenção do Programa Bolsa Universitária, com o fim de oferecer bolsas de estudo a estudantes da rede privada de ensino ou integrante do sistema estadual de educação superior, no Estado de Goiás, devidamente autorizada pelo órgão competente que, comprovadamente, não tenham condições de custear seus estudos, com vigência iniciando em 01/07/2011 e terminando em 30/06/2012, e valor total de R\$ 94.417.074,00 (noventa e quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil e setenta e quatro reais).

f) Auditorias

f.1 Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA

- ♦ em 2011 realizou-se auditoria de conformidade no Contrato de Gestão n.º 001/2009 – SEMIRA, firmado entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA), e a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG). O mencionado Contrato de Gestão teve como escopo viabilizar a execução no Centro de Referência Estadual da Igualdade – CREI, da SEMIRA, das atividades de atendimento à mulher em situação de violência, à pessoa idosa em perspectiva de gênero, raça e etnia e à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), com a disponibilização de sete profissionais para atendimento ao público-alvo, em consonância com metas e com os Convênios nº 061/2008, nº 019/2008 e nº 70029912008;
- ♦ os achados de auditoria: os mecanismos de controle aplicados pela SEMIRA foram insuficientes para promover, de forma efetiva, a supervisão, o acompanhamento e a avaliação do Contrato de Gestão; a OVG não apresentou à SEMIRA relatórios de execução do Contrato; não participação de todos os membros nos trabalhos realizados pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação; análises e avaliações incompletas e ineficientes acerca dos resultados atingidos; ausência de elaboração dos relatórios conclusivos por parte da Comissão de Acompanhamento e Avaliação; instituição de indicadores insuficientes para mensuração dos resultados alcançados; planejamento inadequado das metas previstas; profissional contratado prestando

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

serviço em local diverso do estabelecido no Contrato de Gestão; quantitativo de prestadores de serviço menor que o estabelecido no Contrato de Gestão no mês fevereiro de 2010; ausência de comprovação de prestação de serviço no mês de janeiro de 2011; não houve cumprimento da meta de atendimentos e não foi possível averiguar as metas de encaminhamentos e mediações de conflitos; contratações efetuadas em desacordo com regulamento próprio da OVG e despesas não previstas nos custos do Contrato de Gestão;

- ◆ recomendou-se à SEMIRA: somente celebrar contratos de gestão quando reunir as condições operacionais e técnicas necessárias para gerenciar e fiscalizar a sua execução, assim como para avaliar, de forma efetiva, os seus resultados; em caso de celebrar outros contratos de gestão, além de atender as disposições da Lei 15.503, atente-se às novas regras estabelecidas pela Resolução Normativa nº 007/2011, do TCE; estabeleça instrumentos de planejamento capazes de subsidiar as futuras contratações realizadas pela Pasta e que a Comissão de Acompanhamento e Avaliação elabore relatório conclusivo sobre a avaliação procedida no Contrato de Gestão.

f.2 Contrato de Gestão n.º 120/2010-SES/GO

- ◆ está sendo realizada auditoria de conformidade no Contrato de Gestão n.º 120/2010, por meio do qual o Estado de Goiás, representado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), firmou ajuste com a Organização Social (OS) Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar para gestão do Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás (HURSO). Esse contrato de gestão visa estabelecer parceria na administração do Hospital de Urgência da Região Sudoeste de Goiás situado na Cidade de Santa Helena de Goiás com o fomento e a execução de atividades para promover ações assistenciais de atenção à saúde, por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação entre as partes contratantes. Destaca-se que essa auditoria encontra-se em andamento.

g) Ações desenvolvidas pelo Controle Interno objetivando prevenir e evitar falhas, irregularidades e ilegalidades no âmbito da administração pública estadual (art. 174, §3º, incisos I, II do Ritce)

- ◆ a Superintendência Central de Controle Interno da CGE elaborou 186 Relatórios, 740 Notas Técnicas e 46.711 Despachos no intuito de orientar e fiscalizar os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual;
- ◆ no exercício de 2011 realizou-se 144 auditorias e 1.483 análises de editais, representando um valor de R\$ 4.011.207.378,08, nas quais foram impugnadas despesas no montante de R\$ 47.303.181,16 e apurados prejuízos de R\$28.048.823,73.

h) As auditorias realizada pela Superintendência Central de Controle Interno no exercício de 2011:

h.1) Supervisão de Contas Governamentais

- ◆ realização de Auditoria no SiofiNet, cujas recomendações resultaram em melhoria no sistema de controle de acesso e segurança corporativo do Estado, no sentido de viabilizar o histórico de todos os perfis de acesso, fornecendo informações sobre quem acessou, o quê acessou e quando.

h.2) Gerência de Auditoria da Área Econômica

- ◆ realização da Auditoria de Conformidade (OS nº 349/11) referente à regularidade do Contrato entre o DETRAN/GO, a AGECOM e a empresa Casa Brasil Comunicação Estratégica Ltda, para impressão de 1.858.407 cartilhas educativas de trânsito, no formato 13,5x20,5cm, páginas de miolo no papel jornal 49g, capa de papel couchê 90g, 4/4 cores.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Comunicou-se os resultados ao Tribunal de Contas do Estado, em cumprimento ao art. 29, §1º da Constituição do Estado de Goiás;

- ◆ Realização de 2 auditorias operacionais: a) IQUEGO: auditoria dos processos de convênios de investimentos (aquisições e obras) entre a União e a IQUEGO celebrados, vigentes e concluídos no exercício de 2010, com consolidação e análise das manifestações dos gestores, e emissão de Relatório Conclusivo; b) SEMARH/FEMA: auditoria nos procedimentos de arrecadação, licenciamentos ambientais, de administração, de fiscalização e de averbação de reservas, com emissão de Relatório Preliminar;
- ◆ Auditoria especial para apurar denúncia de esquema de corrupção junto ao Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – Detran/GO, com emissão de Relatório Preliminar, em fase de conclusão;
- ◆ Auditoria especial em andamento para verificação dos procedimentos relacionados aos Acordos Diretos com Credores de Precatórios no âmbito do Estado de Goiás. Sua conclusão ficou prejudicada devido à dificuldade do Tribunal de Justiça/GO em encaminhar documentos e prestar informações importantes para os trabalhos com a greve dos seus servidores;
- ◆ Auditoria especial na apuração de irregularidades por parte do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, no exercício de 2010, no Contrato nº 011/2007 firmado com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL/GO juntamente com a Supervisão de Monitoramento/GEAE;
- ◆ Auditoria Especial – Participação na Comissão de Processo Administrativo (Portaria nº 140/11-CGE/GAB), com a finalidade de corrigir o andamento do procedimento administrativo promovido junto à Goiás Turismo – Agência Estadual de Turismo, em desfavor da empresa Terraço Serviços e Assessoria Ltda, com apresentação de Relatório Conclusivo;
- ◆ Foram realizadas 06 (seis) auditorias de conformidade de convênios, sendo: 04 (quatro) convênios com o município de São Luiz de Montes Belos e 02 (dois) com o município de Santa Helena de Goiás;
- ◆ Foram Verificadas 09 (nove) análises de prestação de contas de recursos descentralizados pelo Estado de Goiás, sendo: 02 (duas) da Federação Goiana de Futebol, 04 (quatro) do município de São Luiz de Montes Belos, 02 (duas) do município de Santa Helena de Goiás e 01 (uma) do município de Chapadão do Céu;
- ◆ Determinação em 96 processos da abertura de apuração de responsabilidades por meio de procedimentos administrativos próprios em que foram constatadas impropriedades/irregularidades.

h.3) Gerência de Auditoria da Área Social

- ◆ Realização de 4 (quatro) Auditorias Especiais: SES (aguardando comunicação das providências adotadas no sentido de implementar as recomendações da equipe – Processo n.º 201111867000170), SEDUC (auditoria em andamento, com participação das supervisões de auditoria da gestão e de fiscalização de convênios – Processo n.º 201111867000215), UEG (auditoria concluída – Processo n.º 201100004009083) e SSPJ (auditoria em fase de contraditório – Processo n.º 201100005000311);
- ◆ Realização de 3 (três) auditorias de conformidade em convênios: a) no convênio firmado entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Fundação Universitária do Cerrado (FUNCER) na execução do Programa Estadual de Formação e Capacitação em Software Livre (auditoria realizada em parceria com outras gerências da Superintendência Central de Controle Interno); b) no Convênio 037/2009, celebrado entre Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira (AGEPEL) e Instituto Cultural de Artes e Esportes, para implementação do Ponto de Cultura de Aragarças – Goiás; c) no Convênio 011/2009, celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde de Goiás e Prefeitura Municipal de Santo

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Plano Estratégico de Governo para o Poder Executivo

Antônio do Descoberto, para ampliação e adequação do Hospital de Urgências de Santo Antônio do Descoberto – HUSAD.

h.4) Gerência de Auditoria de Infraestrutura

- ◆ Auditoria operacional no Programa: 1847- Programa Inovar – Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, Ação: 1137 – Apoio e concessão de bolsas a programas de pós-graduação, iniciação científica, apoio técnico e de estágio – Chamada Pública nº 09/2009 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG, com emissão de relatório final de auditoria;
- ◆ Realização de 4 (quatro) Auditorias Especiais: SEMARH, ESTÁDIO SERRA DOURADA, AGETOP e AGEHAB (em andamento);
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade nos seguintes convênios: a) Realização de Auditoria de conformidade em convênios firmados entre a SEPLAN e a Prefeitura Municipal de São Luís dos Montes Belos conforme descrição abaixo: 6.1.1 074/2009 – Obra de infraestrutura urbana de 50.337,00 m² de pavimentação asfáltica em TSD com capa selante, em diversas avenidas e ruas do Município (Residencial Belo Horizonte, Jd. Primavera, Vila Aeroporto e Residencial Parque das Araras) – Valor de R\$ 1.261.786,02; 6.1.2 341/2010 – Obra de infraestrutura urbana de 33.257,00 m² de pavimentação asfáltica em TSD com capa selante, em diversas avenidas e ruas do Município (Residencial Thais, Residencial Morada Nova, Jd. Boa Vista, Residencial Serra Verde II Etapa, Vila Serrânia e St. Alvorada) – Valor de R\$ 901.067,24; 6.1.3 342/2010 – Obra de recuperação do pavimento asfáltico urbano com execução de lama asfáltica grossa com área de 60.888,00 m² em diversas avenidas e ruas do Município (St. Rodoviário, St. Santa Luzia, St. Central, St. Alvorada, St. Montes Belos e Vila Canaã I) – Valor de R\$ 348.367,06; 6.1.4 387/2010 – Obras de construção da lavanderia do Hospital Municipal Dr. Geraldo Lando – Valor de R\$ 161.581,84; Auditoria em fase de contraditório;
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade no Convênio I/2008 firmado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Agência Goiana de Transportes e Obras, cujo objeto refere-se à elaboração de projetos e execução de obras para construção, reforma, ampliação de 123 (cento e vinte três) unidades escolares no Estado de Goiás. Auditoria em fase de entrega do relatório parcial;
- ◆ Realização de Auditoria de conformidade nas obras de reforma do Almoarifado do Setor de Líquidos e Setor de Penicilânicos da Iquego, objetos dos Convênios nº 3778/2004 e 3694/2004, respectivamente, firmados entre a Iquego e o Ministério da Saúde;
- ◆ Acompanhamento de 03 auditorias de obras rodoviárias contratadas pela AGETOP em 2010, com recomendação de comunicação das irregularidades detectadas ao Tribunal de Contas e ao Chefe do Poder Executivo, além de abertura de Processo Administrativo com vistas à apuração de responsabilidades e ressarcimento ao Erário: a) Obras de construção do Ginásio de Esportes Compacto – Padrão 97, no município de Vila Propício, objeto do Contrato nº 060/2005-PR-GEAJU, firmado entre a AGETOP e a empresa Migrande Construtora e Serviços Ltda, no valor de R\$ 405.660,77; b) Serviços de terraplenagem e pavimentação asfáltica da GO-210, trecho Turvelândia / Porteirão, objeto do Contrato nº 117/2006-PR-GEAJU, firmado entre a AGETOP e a empresa Teccon S/A – Construção e Pavimentação, no valor de R\$ 11.615.066,98; c) Serviços de manutenção e conservação da malha rodoviária estadual – Programa 3ª Via – Fase II, objeto do contrato nº 147/2006-PR, firmado entre a AGETOP e a empresa Trade Construtora e Incorporadora Ltda.

A avaliação dos programas e ações governamentais efetuará após a análise da Prestação e Tomada de Contas Anual de cada órgão.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2 Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1 Bens e Direitos

Os bens e direitos do Poder Executivo, em 31/12/2011, apresentados no Balanço Patrimonial no grupo denominado Ativo, totalizaram R\$36.666.449.459,04, conforme tabela a seguir:

Tabela 148 Poder Executivo – Composição dos Bens e Direitos

Descrição	Em R\$1					%
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	
Ativo Financeiro	270.947.661	625.534.805	865.427.036	881.246.234	2.643.155.736	7,21
Disponível	143.774.407	84.393.838	357.617.445	153.083.150	738.868.839	2,02
Aplicações Financeiras	126.083.543	281.543.415	439.898.456	638.748.825	1.486.274.239	4,05
Vinculado em C/C Bancária	549.940	129.449.460	55.633.715	40.995.171	226.628.286	0,62
Realizável	539.771	130.148.093	12.277.421	48.419.087	191.384.372	0,52
Ativo Permanente	2.638.538.351	4.070.764.099	1.208.449.117	3.886.285.158	11.804.036.724	32,19
Bens	2.599.770.693	3.442.518.523	935.367.773	0	6.977.656.989	19,03
Créditos	369	0	222.796.412	104.355.592	327.152.373	0,89
Valores	38.767.288	628.245.575	50.284.933	3.781.929.565	4.499.227.362	12,27
Ativo Transitório	100.233.338	89.124.931	174.955.457	21.854.943.273	22.219.256.999	60,60
Bens a Receber	85.887.634	83.083.789	76.259.917	0	245.231.340	0,67
Valores a Apropriar	14.345.704	6.041.142	98.695.539	0	119.082.386	0,32
Créditos a Receber	0	0	0	21.854.943.273	21.854.943.273	59,60
Total	3.009.719.350	4.785.423.835	2.248.831.611	26.622.474.664	36.666.449.459	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

O ativo financeiro, que compreende valores em numerário e créditos realizáveis e desembolsos a apropriar, que independem de autorização orçamentária para sua movimentação, totalizou R\$2.643.155.735,92 e representou 7,21% do Ativo.

O ativo permanente engloba os bens, créditos e valores realizáveis cuja mobilização ou alienação depende de prévia autorização legislativa. No âmbito do Poder Executivo, alcançou a importância de R\$11.804.036.724,26, que representou 32,19% do Ativo.

O ativo transitório, no valor total de R\$22.219.256.998,86, compreende os bens a receber, créditos a receber e os valores a apropriar e representou 60,60% do Ativo.

Destaca-se, nos itens que se seguem, o detalhamento dos ativos do Poder Executivo acima elencados.

2.2.1.1 Disponibilidades

Dentre os componentes do ativo financeiro, cumpre destacar as disponibilidades, cujo montante de R\$2.451.771.363,80, representou 92,76%, desse grupo, estando assim detalhadas no Balanço Patrimonial:

Tabela 149 Poder Executivo – Composição das Disponibilidades

Descrição	Em R\$1					%
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	
Disponível	143.774.407	84.393.838	357.617.445	153.083.150	738.868.839	30,14
Agentes Arrecadadores	0	(68.328)	(1.542.687)	44.438.731	42.827.716	1,75
Bancos Conta Movimento	143.774.407	84.462.166	359.160.132	108.644.419	696.041.123	28,39
Aplicações Financeiras	126.083.543	281.543.415	439.898.456	638.748.825	1.486.274.239	60,62
Aplicações de Curto Prazo	42.208.759	244.218.460	418.074.936	638.748.825	1.343.250.979	54,79
Caderneta de Poupança	83.874.785	37.324.955	21.823.520	0	143.023.260	5,83
Vinculado em C/C Bancária	549.940	129.449.460	55.633.715	40.995.171	226.628.286	9,24
Bancos Conta Fundos e/ou Programas Especiais	478.494	129.164.669	55.467.100	34.762.699	219.872.962	8,97
Bancos Conta Caução	71.446	284.790	166.615	0	522.851	0,02
Bancos Conta Operações Cambiais	0	0	0	6.232.462	6.232.462	0,25

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Descrição	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Em R\$1	
					Total	%
Bancos Depósitos Judiciais e Extra Judiciais	0	0	0	10	10	0,00
Total	270.407.890	495.386.712	853.149.616	832.827.146	2.451.771.364	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As aplicações de curto prazo responderam por 54,79% do total das disponibilidades.

A tabela a seguir espelha a variação ocorrida nas disponibilidades desse Poder.

Tabela 150 Poder Executivo – Variação das Disponibilidades

Grupo	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	Em R\$1
			Variação %
Adm. Direta – Órgãos	123.145.485	270.407.890	119,58
Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	279.519.850	495.386.712	77,23
Fundos Especiais	450.877.956	853.149.616	89,22
Tesouro	132.110.604	832.827.146	530,40
Total	985.653.894	2.451.771.364	148,75

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Das disponibilidades do Poder Executivo sobressaem as dos fundos especiais com 34,80%; destacando-se o Fundo Especial de Saúde (20,78%), o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (4,78%) e o Fundo de Transporte (2,20%).

O valor de maior relevância da administração indireta – autarquias e fundações foi evidenciado no Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (6,91%). Já o valor que se destacou na administração direta ocorreu na Secretaria da Educação (8,17%).

Tabela 151 Poder Executivo – Variação das Disponibilidades
Segundo a Classificação Institucional

Grupo / Unidade Orçamentária	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	Em R\$1
			Variação %
Tesouro	132.110.604	832.827.146	530,40
Administração Direta – Órgãos	123.145.485	270.407.890	119,58
Secretaria de Estado da Casa Civil	25.074	91.912	266,56
Defensoria Pública do Estado de Goiás	0	10.367	0,00

Em R\$1

Grupo / Unidade Orçamentária	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	Variação %
Vice-Governadoria	260	1.927	641,92
Procuradoria Geral do Estado	132.026	170.536	29,17
Controladoria-Geral do Estado	0	11.273	0,00
Gabinete Militar	14.032	279.105	1.889,01
Secretaria das Cidades	2.466.815	3.052.197	23,73
Secretaria de Articulação Institucional	25.751	3.109	(87,92)
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação	8.294.241	11.250.665	35,64
Secretaria de Cidadania e Trabalho	10.269.747	9.628.006	(6,25)
Secretaria da Educação	51.695.225	200.187.741	287,25
Secretaria da Fazenda	13.322.598	233.566	(98,25)
Secretaria de Indústria e Comércio	209	26	(87,65)
Secretaria de Infraestrutura	237.629	542.142	128,15
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	5.015.510	5.823.400	16,11
Secretaria de Gestão e Planejamento	11.554.272	21.850.960	89,12
Secretaria de Segurança Pública e Justiça	17.257.865	9.039.501	(47,62)
Secretaria de Ciência e Tecnologia	0	5.372	0,00
Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial	2.834.231	8.226.084	190,24
Administração Indireta – Autarquias e Fundações	279.519.850	495.386.712	77,23
Agência Goiana de Comunicação	3.644.511	6.229.087	70,92
Departamento Estadual de Trânsito de Goiás	39.471.863	169.400.702	329,17
Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária	0	5.098.620	0,00
Agência Goiana de Defesa Agropecuária	2.209.765	9.618.561	335,28
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (*)	646	646	0,00
Agência Goiana de Esporte e Lazer	2.922.441	9.237.902	216,10
Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira	358.342	3.308.886	823,39
Junta Comercial do Estado de Goiás	1.996.461	5.359.893	168,47
Agência Estadual de Turismo	12.579.151	11.331.990	(9,91)
Agência Goiana de Transportes e Obras	165.125.944	163.098.960	(1,23)

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Grupo / Unidade Orçamentária	Em R\$1		
	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	Variação %
Agência Goiana de Desenvolvimento Regional	5.881.327	5.352.152	(9,00)
Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos	7.283.577	11.519.790	58,16
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás	11.962.388	28.956.263	142,06
Goiás Previdência	7.213.166	22.395.125	210,48
Agência Goiana do Sistema de Execução Penal	0	10.851.591	0,00
Universidade Estadual de Goiás	4.144.882	7.676.343	85,20
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás	14.725.386	25.950.201	76,23
Fundos Especiais	450.877.956	853.149.616	89,22
Fundo de Manutenção e Reaparelhamento da Procuradoria Geral do Estado	2.400.304	1.936.253	(19,33)
Fundo Especial de Desenvolvimento Rural	598.819	2.578.541	330,60
Fundo de Assistência Social	786.982	1.541.805	95,91
Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente	264.301	262.533	(0,67)
Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás	52.252.011	117.101.210	124,11
Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás	5.221.200	2.474.857	(52,60)
Fundo de Previdência Estadual	4.943.346	0	(100,00)
Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás	614.945	932.991	51,72
Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais	13.418.567	53.224.448	296,65
Fundo de Fomento à Mineração	1.119.512	13.081.954	1.068,54
Fundo Estadual do Meio Ambiente	24.624.869	30.987.893	25,84
Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás	0	8.738.059	0,00
Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás	455	9.615.072	2.112.545,51
Fundo Especial de Saúde	296.801.194	509.499.141	71,66
Fundo Especial de Gestão da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago	6.707.798	6.981.911	4,09
Fundo Estadual de Segurança Pública	28.471.226	28.593.074	0,43
Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor	800.935	4.716.322	488,85

Em R\$1

Grupo / Unidade Orçamentária	Saldo do Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte	Variação %
Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia	93.189	6.871.363	7.273,59
Fundo de Capacitação e Profissionalização do Estado de Goiás	11.726.410	0	(100,00)
Fundo de Transportes	0	53.886.468	0,00
Fundo Penitenciário Estadual	31.894	125.722	294,19
Total	985.653.894	2.451.771.364	148,75

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.2 Realizável

O valor realizável do Poder Executivo é composto, em sua maioria, pela conta outros devedores no montante de R\$117.385.185,10 que representa 61,33% do total de R\$191.384.372,12.

Tabela 152 Poder Executivo – Composição do Realizável

Em R\$1

Subgrupo	Adm. Direta Órgãos Executivos	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivos	Tesouro	Total	%
Débitos de Agentes Arrecadadores	0	875	0	0	875	0,00
Entidades Estatais Devedoras	0	5.058.176	0	0	5.058.176	2,64
Créd. Contribuições Previdenciárias	0	68.923.147	0	0	68.923.147	36,01
Devedores por Anulação de Despesa	16.990	0	0	0	16.990	0,01
Outros Devedores	522.781	56.165.896	12.277.421	48.419.087	117.385.185	61,33
Total	539.771	130.148.093	12.277.421	48.419.087	191.384.372	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.3 Desembolsos a Apropriar

Os desembolsos a apropriar compreendem as despesas a apropriar. No exercício de 2011, apresentou saldo nulo.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1.4 Bens

Os bens do Poder Executivo alcançaram o valor de R\$6.977.656.989,44, representando 19,03% do Ativo total e 59,11% do ativo permanente, e está assim composto:

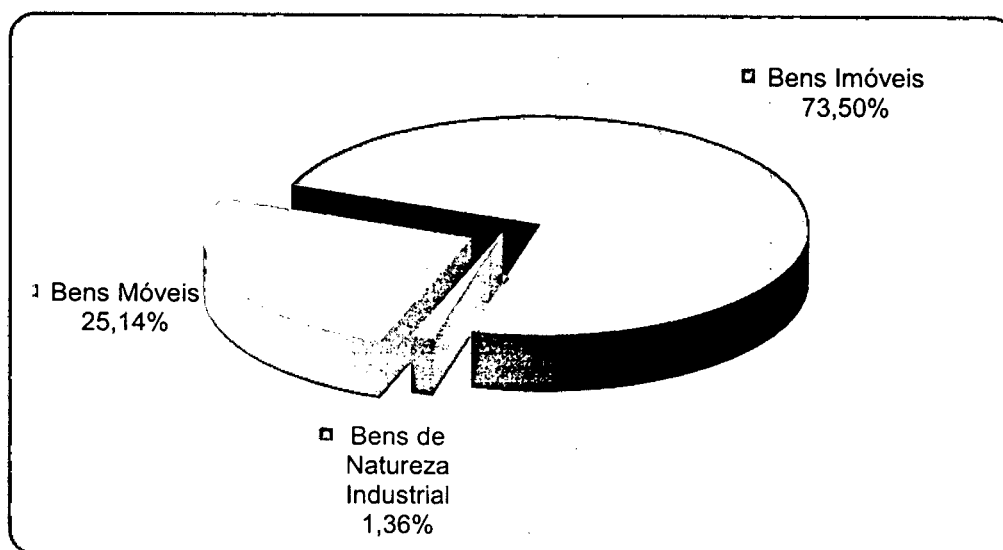
Tabela 153 Poder Executivo – Composição da Conta Bens

Subgrupo	Em R\$1					%
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	
Bens Móveis	937.460.134	225.293.653	591.430.031	0	1.754.183.818	25,14
Bens Imóveis	1.614.304.772	3.215.700.235	298.695.387	0	5.128.700.395	73,50
Bens de Nat. Industrial	48.005.787	1.524.635	45.242.355	0	94.772.777	1,36
Total	2.599.770.693	3.442.518.523	935.367.773	0	6.977.656.989	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O gráfico a seguir ilustra a composição da conta bens do Poder Executivo:

Gráfico 21 Poder Executivo – Composição do Ativo Imobilizado



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011

Os bens móveis e imóveis do Poder Executivo podem ser assim demonstrados:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 154 Poder Executivo – Detalhamento da Conta Bens

Subgrupo	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Em R\$1	
					Total	%
Bens Móveis	937.460.134	225.293.653	591.430.031	0	1.754.183.818	25,14
Móveis e Equipamentos de Apoio Administrativo	179.203.317	54.139.231	61.290.627	0	294.633.175	4,22
Móveis e Equipamentos de Processamento de Dados	115.572.811	34.504.978	66.254.335	0	216.332.123	3,10
Veículos, Aeronaves e Outros de Uso Geral	168.788.032	73.448.701	142.152.661	0	384.389.393	5,51
Veículos e Outros Bens Especiais de Segurança	105.843.666	17.683.273	97.009.906	0	220.536.845	3,16
Móveis e Equipamentos de Uso Técnico-Científico	285.884.077	29.696.640	34.054.234	0	349.634.951	5,01
Móveis e/ou Equipamentos Especiais de Saúde	52.962.699	8.148.882	180.146.231	0	241.257.811	3,46
Móveis e Equipamentos para Outras Finalidades	29.205.533	7.671.948	10.522.038	0	47.399.519	0,68
Bens Imóveis	1.614.304.772	3.215.700.235	298.695.387	0	5.128.700.395	73,50
Terrenos	32.615.165	4.540.363	0	0	37.155.528	0,53
Edificações de Uso Geral	133.370.816	218.624.631	15.781.181	0	367.776.628	5,27
Edificações de Uso Especial	839.251.334	491.545.151	53.072.254	0	1.383.868.739	19,83
Diversos Bens Imóveis	609.067.458	2.500.990.090	229.841.952	0	3.339.899.500	47,87
Bens de Natureza Industrial	48.005.787	1.524.635	45.242.355	0	94.772.777	1,36
Móveis e Equipamentos Industriais	41.008.829	1.235.295	1.235.842	0	43.479.966	0,62
Imóveis Para Fins Industriais	6.969.024	289.340	44.006.513	0	51.264.877	0,73
Outros Bens de Natureza Industrial	27.934	0	0	0	27.934	0,00
Total	2.599.770.693	3.442.518.523	935.367.773	0	6.977.656.989	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

No exercício de 2011 a conta bens do Poder Executivo sofreu uma variação positiva de 9,07% em relação ao exercício anterior.

Em função da relevância, é apresentada, a seguir, a movimentação havida na conta bens do Poder Executivo:

Tabela 155 Poder Executivo – Movimentação da Conta Bens

		Em R\$1
Descrição	Classificação/Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2010		6.397.648.316
(+) Acréscimos	Variações Ativas	602.188.157
Aquisição e/ou Construção de Bens	Mutações Patrimoniais	116.630.830
Incorporação de Bens de Uso Especial	Indep. da Execução Orçamentária	41.287.033
Reavaliação de Bens de Uso Especial	Indep. da Execução Orçamentária	444.270.295
(-) Diminuição	Variações Passivas	22.179.483
Alienação de Bens	Mutações Patrimoniais	1.461.039
Desincorporação de Bens de Uso Especial	Indep. da Execução Orçamentária	20.716.126
Baixa Residual de Bens de Uso Especial	Indep. da Execução Orçamentária	2.318
Saldo em 31/12/2011		6.977.656.989

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.5 Créditos

O subgrupo créditos alcançou, no exercício, a importância de R\$327.152.373,16, representando 2,77% do ativo permanente, que é demonstrado a seguir:

Tabela 156 Poder Executivo – Composição dos Créditos

						Em R\$1
Subgrupo	Adm. Direta Órgãos Executivos	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	%
Empréstimos e/ou Financiamentos Concedidos	0	0	222.796.412	0	222.796.412	68,10
Outros Créditos	369	0	0	104.355.592	104.355.961	31,90
Total	369	0	222.796.412	104.355.592	327.152.373	100,00
%	0,00	0,00	68,10	31,90	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011

2.2.1.5.1 Empréstimos e/ou Financiamentos Concedidos

Os empréstimos e/ou financiamentos concedidos compreendem os créditos provenientes da liberação de empréstimos ou financiamentos a terceiros, mediante contratos ou acordos. Esse grupo de contas atingiu, no exercício de 2011, o valor de R\$222.796.411,77 representando 1,89% do ativo permanente e 68,10% do total dos créditos.

2.2.1.5.2 Outros Créditos

A conta outros créditos registra os créditos de outras origens ainda não recebidos, e em 2011 registrou o valor de R\$104.355.961,39, responsável por 0,88% do ativo permanente do Poder Executivo.

2.2.1.6 Valores

O subgrupo valores alcançou no exercício, como demonstrado abaixo, a importância de R\$4.499.227.361,66, o que representou 38,12% do ativo permanente.

Tabela 157 Poder Executivo – Composição da Conta Valores

Subgrupo	Em R\$1					
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	%
Participação no Capital de Empresas	3.675	611.853.476	0	3.106.580.307	3.718.437.458	82,65
Provisão para Integralização de Capital de Empresa	0	0	0	675.349.258	675.349.258	15,01
Fundos	1.014.500	869.000	2.372.350	0	4.255.850	0,09
Almoxarifado	37.749.113	15.523.099	47.912.583	0	101.184.795	2,25
Total	38.767.288	628.245.575	50.284.933	3.781.929.565	4.499.227.362	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

É apresentada, a seguir, a movimentação havida na conta valores do Poder Executivo:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 158 Poder Executivo – Movimentação da Conta Valores

		Em R\$1
Descrição	Classificação/Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2010		4.196.380.562
(+) Acréscimos	Variações Ativas	1.009.722.383
Constituição de Valores	Mutações Patrimoniais	266.818.871
Apropriação e/ou Atualização de Valores	Independentes da Execução Orçamentária	742.903.513
(-) Diminuição	Variações Passivas	706.875.584
Alienação e/ou Reversão de Valores	Independentes da Execução Orçamentária	20.000
Baixa de Valores	Independentes da Execução Orçamentária	706.855.584
Saldo em 31/12/2011		4.499.227.362

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.6.1 Participação no Capital de Empresas

A participação no capital de empresas compreende a parcela de capital integralizado que o Estado detém, diretamente, ou por meio de suas autarquias, fundações e fundos especiais, em empresas, controladas ou não pelo mesmo. O valor registrado neste grupo de contas, de R\$3.718.437.457,82, representa 31,50% do ativo permanente e 82,65% do total da conta valores do Poder Executivo.

Tabela 159 Poder Executivo – Composição das Participações Societárias

					Em R\$1
Empresas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Tesouro	Total	%
Sociedades de Economia Mista Controladas Pelo Estado	0	611.234.601	3.065.523.602	3.676.758.202	98,88
Goiásfomento	0	0	97.818.559	97.818.559	2,63
Agehab	0	1.636	27.655.040	27.656.676	0,74
Casego	0	0	82.342.949	82.342.949	2,21
Ceasa	0	0	19.435.690	19.435.690	0,52
Celgpar	0	0	970.770.646	970.770.646	26,11
Goiás Parcerias	0	0	135.701.097	135.701.097	3,65
Cooperativa de Créd. Servid. Púb. de Goiás	0	450.000	0	450.000	0,01
Crisa	0	124.886	69.749.871	69.874.757	1,88
Goiasindustrial	0	0	128.308.313	128.308.313	3,45

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Empresas	Adm. Direta	Adm. Indireta	Tesouro	Total	%
Iquego	0	3.675	0	3.675	0,00
Goiastur	0	0	894	894	0,00
Metago	0	0	54.699.274	54.699.274	1,47
Saneago	0	610.654.404	1.474.314.083	2.084.968.487	56,07
Transurb	0	0	4.727.186	4.727.186	0,13
Sociedades de Economia Mista não Controladas pelo Estado	3.675	618.875	8.794	631.344	0,02
* Cesp	3.675	60.161	2.070	65.907	0,00
* CTBC	0	736	4.471	5.206	0,00
Comurg	0	509.565	0	509.565	0,01
* Petrobras	0	0	2.253	2.253	0,00
Telebrás	0	35.897	0	35.897	0,00
Telenorte Leste	0	12.516	0	12.516	0,00
Empresas Públicas	0	0	40.994.816	40.994.816	1,10
Caixego	0	0	4.839.199	4.839.199	0,13
Cerne	0	0	21.197.832	21.197.832	0,57
Emater	0	0	3.616.565	3.616.565	0,10
Prodago	0	0	11.341.219	11.341.219	0,30
Valores do Órgão Encampado	0	0	53.096	53.096	0,00
* LEG – Diversos	0	0	53.096	53.096	0,00
Total	3.675	611.853.476	3.106.580.307	3.718.437.458	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Esta especializada solicitou junto à Sefaz, informações detalhadas sobre a participação no capital social de empresas dos órgãos da administração direta e indireta e, de acordo com o Ofício nº 347/2012 – GSF do Secretário da Fazenda, essa participação acionária está composta conforme a tabela abaixo:

Tabela 160 Poder Executivo Órgãos da Administração Direta e Indireta –
Composição das Participações Societárias

Empresas	Total
Secretaria de Segurança Pública e Justiça – SSPJ	3.675
Telegoiás (CTBC)	3.675
Goiasprev	610.654.402
Saneago	610.654.402

Empresas	Total
Ipasgo	884.020
Agehab	1.636
Comurg	509.565
Contax	735,78
Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás	150.000
Crisa	124.886
Iquego	3.675
Saneago	2
Telebrás	35.897
Telegoiás (CTBC)	45.107
Telenorte-Leste	12.516
Detran	165.055
Telegoiás (CTBC)	15.055
Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás	150.000
Juceg	150.000
Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos de Goiás	150.000
Total	611.857.151

Fonte: Ofício nº 347/2012 – GSF (Sefaz).

2.2.1.6.2 Provisão para Integralização de Capital de Empresas

A conta provisão para integralização de capital de empresas, com o saldo de R\$675.349.258,26 representou 5,72% do ativo permanente. Este montante compreende o provisionamento às empresas, de importâncias com a finalidade de integralização futura de seus capitais.

Tabela 161 Poder Executivo – Provisão para Integralização de Capital de Empresas

Empresas	Saldo em 31/12/2010	Acréscimos		Baixas	Saldo em 31/12/2011
		Mutações	Outros		
Celg D	542.711.375	0	0	0	542.711.375
Celgpar	3.275.000	109.025.000	0	0	112.300.000
Goiasindustrial	17.687.976	0	0	0	17.687.976
Agehab	1.992.656	0	0	0	1.992.656
Casego	656.565	0	0	0	656.565
Emater	386	0	0	0	386
Goiasparcerias	300	0	0	0	300
Total	566.324.258	109.025.000	0	0	675.349.258

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1.6.3 Fundos Rotativos

O subgrupo fundos rotativos, no valor de R\$4.255.850,00, representou 0,09% da conta valores e compreende a importância liberada a uma unidade orçamentária para a realização de despesas, que devem ser previamente empenhadas.

2.2.1.6.4 Almojarifado

O almojarifado, no valor de R\$101.184.795,14 representou 2,25% da conta valores e 0,86% do ativo permanente e compreende a movimentação de materiais estocados para consumo, venda e/ou transformação, etc.

É oportuno citar, conforme nota contida no Relatório da Gestão, fornecido pela Secretaria da Fazenda, que os seguintes órgãos do Poder Executivo não prestaram informações sobre a posição do almojarifado.

- Secretaria de Estado de Cidadania e Trabalho,
- Fundo Estadual do Meio Ambiente;
- Secretaria de Segurança Pública.
- Fundo de Modernização e Reparelhamento da Segurança Pública,
- Fundo Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor;
- Secretaria de Ciências e Tecnologia;
- Agência Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária;
- Agência Goiana do Sistema de Execução Penal.

2.2.1.7 Bens a Receber

A conta bens a receber alcançou, no exercício, a importância de R\$245.231.339,75 representando 1,10% do ativo transitório e compreende a movimentação dos valores dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, relativos à aquisição de bens móveis, imóveis e/ou de natureza industrial, cuja apropriação não ocorreu até 31/12. A movimentação da conta bens a receber, em 2011, está descrita na tabela abaixo:

Tabela 162 Poder Executivo – Movimentação da Conta Bens a Receber

		Em R\$1
Descrição	Classificação/Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2010		183.666.960
(+) Acréscimos	Variações Ativas	335.880.695
Insc. de Bens de Uso Especial a Receber	Mutações Patrimoniais	335.880.695
(-) Diminuição	Variações Passivas	274.316.316
Baixa de Bens de Uso Especial a Receber	Indep. da Execução Orçamentária	274.316.316
Saldo em 31/12/2011		245.231.340

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.1.8 Valores a Apropriar

O subgrupo valores a apropriar alcançou, no exercício, a importância de R\$119.082.385,96, o que representou 0,54% do ativo transitório, e compreende a movimentação dos valores dos empenhos inscritos em restos a pagar não processados, destinados a aquisição de materiais para consumo, transformação, venda ou revenda, bem como para integralização de capital de empresas, constituição de fundos, etc. Sua movimentação em 2011 é demonstrada a seguir:

Tabela 163 Poder Executivo – Movimentação da Conta Valores a Apropriar

		Em R\$1
Descrição	Classificação/Descrição	Valor
Saldo em 31/12/2010		25.901.827
(+) Acréscimos	Variações Ativas	259.891.591
Inscrição de Valores a Apropriar	Mutações Patrimoniais	259.891.591
(-) Diminuição	Variações Passivas	166.711.032
Baixa de Valores a Apropriar	Indep. da Execução Orçamentária	166.711.032
Saldo em 31/12/2011		119.082.386

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.9 Créditos a Receber

O subgrupo créditos a receber alcançou, no exercício, a importância de R\$21.854.943.273,15, representativos de 98,36% do ativo transitório, e compreende a dívida ativa do Estado, integralmente contabilizada pelo Poder Executivo, que representa os valores a receber, de natureza tributária ou não, que são exigíveis pelo transcurso de prazo para pagamento.

No exercício de 2011, este componente apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 164 Poder Executivo – Movimentação da Dívida Ativa

		Em R\$1
Dívida Ativa		R\$
Saldo em 31/12/2010		17.634.065.754
Inscrição de Créditos Transitórios		3.498.688.797
Atualização Monetária de Créditos Transitórios		2.375.928.817
Baixas		<u>1.653.740.095</u>
Recebimento de Créditos Transitórios		731.030.971
Cancelamento de Créditos Transitórios		922.709.125
Saldo em 31/12/2011		21.854.943.273

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.1.10 Evolução da Dívida Ativa

Em virtude da situação exposta acima, a tabela da evolução da dívida ativa do Estado nos últimos cinco exercícios demonstra um aumento no que se refere ao exercício de 2011:

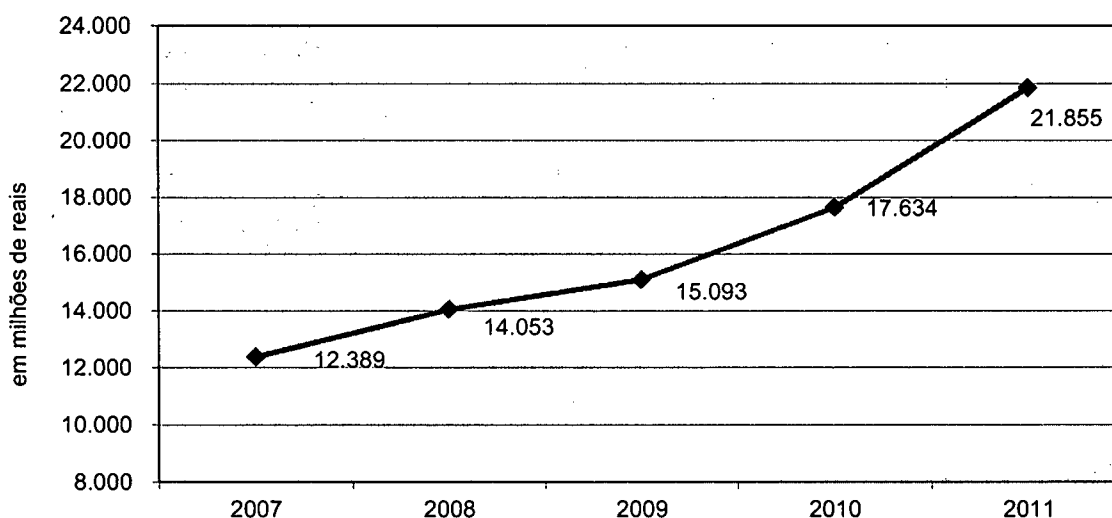
Tabela 165 Evolução da Dívida Ativa

Ano	Saldo	Em R\$1
		Variação %
2007	12.388.952.205	19,01
2008	14.053.451.820	13,44
2009	15.092.756.624	7,40
2010	17.634.065.754	16,84
2011	21.854.943.273	23,94

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Evidenciamos no gráfico abaixo a evolução da dívida ativa acima relatada:

Gráfico 22 Evolução da Dívida Ativa



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.2 Obrigações

O valor de R\$17.737.794.020,05 registrado como obrigações, no Balanço Patrimonial no grupo denominado Passivo, demonstra o montante dos compromissos assumidos, ou seja, as origens de recursos de terceiros que financiam os gastos públicos. No item 1.2.2 são feitas considerações mais aprofundadas sobre as obrigações do Estado, das quais o Poder Executivo é o maior responsável, pois corresponderam, em 2011, a 98,89% total das obrigações do Estado.

Tabela 166 Poder Executivo – Composição das Obrigações

Contas						Em R\$1	
	Adm. Direta Órgãos	Adm. Indireta Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%	
Passivo Financeiro	381.925.151	482.633.126	717.718.128	952.793.784	2.535.070.189	14,29	
Dívida Flutuante	381.925.151	482.633.126	717.718.128	952.793.784	2.535.070.189	14,29	
Passivo Permanente	0	0	0	15.202.723.831	15.202.723.831	85,71	
Dívida Fundada Interna	0	0	0	15.140.044.549	15.140.044.549	85,35	
Dívida Fundada Externa	0	0	0	62.679.282	62.679.282	0,35	
Total	381.925.151	482.633.126	717.718.128	16.155.517.615	17.737.794.020	100,00	

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As dívidas fundadas interna e externa, que correspondem aos compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídas para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras ou serviços públicos, correspondem à quase totalidade dos compromissos do Poder Executivo, estando classificadas no passivo permanente, representando 85,71% do total do Passivo.

2.2.2.1 Passivo Financeiro

Durante o exercício, o passivo financeiro apresentou a seguinte movimentação:

Tabela 167 Poder Executivo – Movimentação do Passivo Financeiro

Em R\$1.000

Contas	Sdo Anterior	Inscrição		Pgto.	Canc.	Encamp.	Sdo. Atual		
		Proc.	Não Proc.				Proc.	Não Proc.	Total
Dívida Flutuante	2.150.791	1.235.499	850.757	1.174.921	1.230.941	703.885	1.644.440	890.630	2.535.070
Restos a Pagar	1.012.662	343.919	850.757	532.822	232.643	1.809	553.051	890.630	1.443.682
Pessoal e Encargos Sociais	315.714	165.339	34.390	310.872	2.298	1.616	169.500	34.390	203.890
Juros e Encargos da Dívida Pública	0	0	2.030	0	0	0	0	2.030	2.030
Outras Despesas Correntes	380.343	150.152	581.499	138.187	78.374	160	297.500	598.094	895.594
Investimentos	310.777	18.427	214.312	83.428	151.971	33	70.559	237.590	308.149
Inversões Financeiras	5.827	10.000	18.518	335	0	0	15.493	18.518	34.011
Amortização da Dívida	0	0	7	0	0	0	0	7	7
Depósitos e Garantias Diversas	169.085	40.623	0	32.166	0	7	177.549	0	177.549
Depósitos para Fianças	34.924	2.512	0	119	0	0	37.317	0	37.317
Outros Depósitos	37.375	35.122	0	28.648	0	0	43.849	0	43.849
Depósitos de Caução	83.528	2.316	0	2.052	0	6	83.798	0	83.798
Depósitos Extra Judiciais	13.220	617	0	1.326	0	0	12.511	0	12.511
Depósitos de Caça Níquel	14	12	0	0	0	0	26	0	26
Ingressos Não Identificados	25	44	0	21	0	0	48	0	48
Outras Exigibilidades	969.044	850.957	0	609.933	998.298	702.070	913.840	0	913.840
Outros Credores	526.509	850.957	0	609.933	118.289	263.818	913.062	0	913.062
Créditos Previdenciários a Apropriar	283	0	0	0	283	283	283	0	283
Entidades Estatais Credoras	10	0	0	0	10	0	0	0	0
Resíduos de Exercícios Anteriores	442.242	0	0	0	879.716	437.969	495	0	495
Recebimentos a Classificar	3	877.931	0	874.537	12.894	9.498	0	0	0
Depósitos de Ordens de Pagamento Estornadas	3	170	0	173	0	0	0	0	0
Outros Recebimentos	0	877.761	0	874.364	12.894	9.498	0	0	0
Total	2.150.794	2.113.430	850.757	2.049.459	1.243.835	713.382	1.644.440	890.630	2.535.070
%	84,84	83,37	33,56	80,84	49,07	28,14	64,87	35,13	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.2.1.1 Dívida Flutuante

A dívida flutuante, detalhada acima, corresponde aos compromissos contraídos pelo Estado por um breve e determinado período de tempo para atender às momentâneas necessidades de caixa. Detalhamos a seguir a sua composição.

2.2.2.1.1.1 Restos a Pagar

Os restos a pagar, no valor de R\$1.443.681.611,56, representaram 56,95% do passivo financeiro e compreendem os empenhos emitidos e não pagos no exercício, excluindo-se os relativos aos encargos e/ou amortização de dívida, que são registrados em contas próprias.

2.2.2.1.1.2 Depósitos e Garantias Diversas

Os depósitos e garantias diversas, no valor de R\$177.549.054,63, representaram 7,00% do passivo financeiro e compreendem a movimentação de numerários de terceiros depositados nos cofres públicos para garantia pela execução de contratos em geral, quando exigida.

2.2.2.1.1.3 Outras Exigibilidades

As outras exigibilidades compreendem a movimentação de créditos de entidades públicas, vinculados ou não, a termos de convênios e/ou acordos. No âmbito do Poder Executivo totalizaram R\$913.839.522,86, correspondentes a 36,05% do passivo financeiro.

2.2.2.1.2 Recebimentos a Classificar

Não houve o registro de recebimentos a classificar, ao final do exercício de 2011.

2.2.2.2 Passivo Permanente

O passivo permanente é composto pelas dívidas fundadas interna e externa do Estado, cujo montante de R\$15.202.723.831,00 é registrada no Poder Executivo. Os comentários pertinentes a esses compromissos encontram-se no item 1.2.2.2.1 – Dívida Consolidada, referente às obrigações permanentes do Estado.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

2.2.3 Saldo Patrimonial

O Balanço Geral do Poder Executivo apresentou um saldo patrimonial positivo, no valor de R\$18.928.655.438,99, conforme a seguinte composição:

Tabela 168 Poder Executivo – Composição do Saldo Patrimonial

Em R\$1

Título	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Ativo/Passivo Financeiro Líquido	(110.977.490)	142.901.679	147.708.908	(71.547.550)	108.085.547	1
Ativo/Passivo Permanente	2.638.538.351	4.070.764.099	1.208.449.117	(11.316.438.673)	(3.398.687.107)	(18)
Ativo Transitório	100.233.338	89.124.931	174.955.457	21.854.943.273	22.219.256.999	117
Saldo Patrimonial	2.627.794.198	4.302.790.709	1.531.113.482	10.466.957.050	18.928.655.439	100

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A movimentação havida no saldo patrimonial do Poder Executivo no exercício de 2011 pode ser assim resumida:

Tabela 169 Poder Executivo – Movimentação Patrimonial

Em R\$1

Título	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Saldo Patrimonial em 2010	2.336.677.472	3.152.268.519	2.362.220.009	6.119.120.355	13.970.286.354	73,80
Resultado Patrimonial em 2011	291.116.726	1.150.522.190	(831.106.527)	4.347.836.695	4.958.369.085	26,20
Saldo Patrimonial	2.627.794.198	4.302.790.709	1.531.113.482	10.466.957.050	18.928.655.439	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.4 Compensações Ativas/Passivas

As compensações ativas e passivas do Poder Executivo, no montante de R\$1.426.593.535,72, estão assim detalhadas no Balanço Patrimonial:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 170 Poder Executivo – Compensações Ativas

Compensações	Valor	Em R\$1
		%
Bens ou Valores em Poder de Terceiros	492.568.878	34,53
Responsáveis p/ Suprimento de Fundos	122.307.386	8,57
Responsáveis p/ Guarda de Títulos Diversos	65.144.784	4,57
Responsáveis p/ Execução de Convênios	305.116.707	21,39
Bens e/ou Valores de Terceiros	632.873.133	44,36
Títulos Recebidos em Caução	632.873.133	44,36
Bancos Conta Operações Autorizadas	4.413.292	0,31
Bancos Conta Recebimentos	0	0,00
Bancos Conta Pagamentos	4.413.292	0,31
Bancos Transferência de Numerário	0	0,00
Outras Compensações	296.738.234	20,80
Avais Concedidos	84.055.679	5,89
Capital de Empresas a Integralizar	44.707.988	3,13
Compensações de Créditos Tributários	167.974.566	11,77
Total	1.426.593.536	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 171 Poder Executivo – Compensações Passivas

Compensações	Valor	Em R\$1
		%
Contrapartida Bens e Valores em Poder de Terceiros	492.568.878	34,53
Suprimento de Fundos não Apreciados	122.307.386	8,57
Consignatários de Títulos Diversos	65.144.784	4,57
Contas de Convênios não Apreciadas	305.116.707	21,39
Contrapartida de Bens ou Valores de Terceiros	632.873.133	44,36
Depósitos de Cauções em Títulos	632.873.133	44,36
Contrapartida Bancos Conta Operações Autorizadas	4.413.292	0,31
Bancos Conta Recebimentos	0	0,00
Bancos Conta Pagamentos	4.413.292	0,31
Contrapartida de Outras Compensações	296.738.234	20,80
Títulos e/ou Contratos Avalizados	84.055.679	5,89
Credores por Capital a Integralizar	44.707.988	3,13
Compensações de Créditos Tributários	167.974.566	11,77
Total	1.426.593.536	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Verifica-se o valor de R\$167.974.566,41 referente às compensações de créditos tributários. Não identificamos em que período foram realizadas as referidas compensações; se houve registro de receita e despesa orçamentária; e se houve a realização de transferências devidas aos municípios.

2.2.5 Variações Patrimoniais

2.2.5.1 Considerações Iniciais

2.2.5.1.1 Das Diretrizes Contábeis – Reservas Matemáticas Previdenciárias

Do ponto de vista jurídico, Lei Nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 (DOU 28/11/1998), alterada pela Medida Provisória nº 167, 19 de Fevereiro 2004 (DOU 20/02/2004) e alterado pela Lei Nº 10.887, de 18 de Junho De 200 (DOU 21/06/2004), dispõe sobre regras gerais para organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Do ponto de vista contábil, o art. 1º da referida Lei diz:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro a atuarial, observados os seguintes critérios:

I – realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Vide Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).

Isto posto, ressalta-se a legislação previdenciária determina que os demonstrativos dos RPPS sejam acompanhados de notas explicativas, conforme a Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 – DOU De 11/12/2008, evidenciando os critérios utilizados para a constituição de provisões, depreciações, amortizações e reavaliações, com evidenciação dos efeitos no patrimônio dos RPPS:

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria considera-se:

...

VII – Nota Técnica Atuarial: documento exclusivo de cada RPPS que descreve de forma clara e precisa as características gerais dos planos de benefícios, a formulação para o cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias, as suas bases técnicas e premissas a serem utilizadas nos cálculos, contendo, no mínimo, os dados constantes do Anexo desta Portaria;

VIII – Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA: documento exclusivo de cada RPPS que registra de forma resumida as características gerais do plano e os principais resultados da avaliação atuarial;

IX – Parecer Atuarial: documento que apresenta, de forma conclusiva, a situação financeira e atuarial do plano, certifica a adequação da base de dados e das hipóteses utilizadas na avaliação e aponta medidas para a busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial;

Art. 3º As avaliações e reavaliações atuariais obedecerão às premissas e diretrizes fixadas na Nota Técnica Atuarial do respectivo RPPS e os resultados deverão constar do Parecer Atuarial.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Está prevista, ainda, uma análise comparativa dos resultados, o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial, entre outras informações, exigências e solicitações, como segue:

Art. 16. Nas reavaliações atuariais anuais deverá ser efetuada a análise comparativa entre os resultados das três últimas avaliações atuariais, no mínimo.

Art. 17. As avaliações e reavaliações atuariais indicarão o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial.

§ 1º O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios.

§ 2º Na hipótese do RPPS constituir fundo previdencial para oscilação de risco este deverá compor o passivo atuarial.

§ 3º As reservas matemáticas previdenciárias serão registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, no grupo de contas denominado Provisões Matemáticas Previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável aos RPPS.

§ 4º O resultado atuarial será obtido pela diferença entre o passivo atuarial e o ativo real líquido, sendo este representativo dos recursos já acumulados pelo RPPS.

§ 5º Poderão ser incluídos como ativo real líquido os créditos a receber do ente federativo, desde que:

- I – os valores estejam devidamente reconhecidos e contabilizados pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS;*
- II – os valores tenham sido objeto de parcelamento celebrado de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social; e*
- III – o ente federativo esteja adimplente em relação ao pagamento das parcelas.*

§ 6º O resultado atuarial deverá ser apurado considerando as alíquotas de contribuição e outros aportes que estejam sendo efetivamente praticados pelo RPPS na data-base da avaliação atuarial, conforme lei.

§ 7º A Avaliação Atuarial indicará o plano de custeio necessário, a partir de sua realização, para a cobertura do custo normal e do custo suplementar do plano de benefícios do RPPS.

§ 8º O plano de custeio contemplará o valor necessário para a cobertura da taxa de administração definida para o RPPS.

O passivo atuarial do RPPS é representado pelas reservas matemáticas previdenciárias, que correspondem aos compromissos líquidos do plano de benefícios. E conforme o § 3º do art. 17, exposto acima, serão registradas no passivo exigível a longo prazo, no grupo de contas denominado provisões matemáticas previdenciárias, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável ao RPPS.

A constituição de provisões matemáticas previdenciárias tem como objetivo tratar contabilmente as informações atuariais dos RPPS e representa o ponto principal da contabilidade previdenciária pública. A inovação da inclusão de tal conta se deu também em função de sua natureza, uma vez que traz para as contas públicas uma provisão passiva. A constituição de provisões vem atender ao princípio fundamental da prudência, culminando, assim, na recomendada boa prática contábil.

Contudo, até este exercício, não havia registros quanto a esta rubrica nas contas do Estado de Goiás.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Nota-se a implementação da referida rubrica, *provisões matemáticas previdenciárias*, no passivo permanente, subdividida em *provisões de benefícios concedidos* e *provisões de benefícios a conceder*, medida esta esperada, em atendimento à determinação deste Tribunal, na análise de 2010, para que o Governo do Estado adequasse a escrituração contábil eliminando as inconsistências contábeis verificadas. Contudo constata-se que as mesmas estão zeradas, fato este que ainda leva a uma distorção dos resultados patrimoniais, uma vez que não constam ali a realidade da situação previdenciária do Estado, e por ainda permanecer a impropriedade apontada nas Contas de Governo do ano anterior, em razão de falta do registro das contribuições previdenciárias não apropriadas, o que leva à subavaliação do Passivo.

A fragilidade nos controles sobre as obrigações do Estado de Goiás, foi uma das impropriedades constantes nas Contas de Governo do ano anterior, que apontou uma subavaliação do passivo, em razão de falta do registro das contribuições previdenciárias para fazer face ao mesmo valor constante no ativo realizável, de créditos de contribuições previdenciárias, do qual o Estado é o próprio devedor, por tratar-se de contribuições recolhidas dos servidores e não repassadas aos órgãos de previdência estadual, o que torna impossível identificar o resíduo passivo constante como exigibilidade do Estado, a título de contribuições previdenciárias não apropriadas.

Ressalta-se contudo que no Anexo 15, do Poder Executivo, onde se espelham as inscrições e/ou atualizações de provisões matemáticas previdenciárias e suas referidas baixa e/ou amortização, no montante de R\$34.389.530.405,33, pode-se notar que quanto às baixas ocorreram integralmente em provisões de benefícios a conceder embora suas inscrições terem sido divididas em provisões de benefícios concedidas e em provisões de benefícios a conceder, como se vê, abaixo:

Tabela 172 Poder Executivo – Variações Passivas

		Em R\$1
Independentes da Execução Orçamentária	Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias	34.389.530.405,33
	Provisões de Benefícios Concedidos	11.540.033.994,87
	Provisões de Benefícios a Conceder	22.849.496.410,46

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 173 Poder Executivo – Variações Ativas

		Em R\$1
Independentes da Execução Orçamentária	Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias	34.389.530.405,33
	Provisões de Benefícios Concedidos	0,00
	Provisões de Benefícios a Conceder	34.389.530.405,33

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.5.1.2 Justificativas Apresentadas pela Sefaz

Esta especializada, para compor sua análise, solicitou justificativas à Sefaz pelo fato retroelencado, e esta, pelo Ofício nº 350/2012–GSF informa que os referidos registros foram solicitados pela Goiasprev, sendo tais lançamentos de responsabilidade daquela autarquia. Dessa forma, a análise do cálculo que originou as baixas e inscrições referentes às provisões matemáticas previdenciárias, assim como a legislação pertinente, serão analisadas pormenorizadamente quando da análise realizada por essa Divisão de Contas, da prestação de contas anual referente ao exercício de 2011.

2.2.5.1.3 Das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais são apresentadas no Anexo 15 da Lei n.º 4.320/64 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais, no qual é informado como se originou o resultado patrimonial do Poder Executivo e se evidenciam as variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, dividindo-se em variações ativas e passivas.

Na contabilidade aplicada ao setor público as contas de resultado representam a situação dinâmica e indicam as variações patrimoniais ativas/receitas e variações patrimoniais passivas/despesas ocorridas no patrimônio, ou seja, as contas que alteram o patrimônio líquido e demonstram o resultado do exercício.

Assim, todas as alterações ocorridas no patrimônio são denominadas variações patrimoniais e podem ser classificadas em quantitativas (decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido); em qualitativas (alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais) e em mistas ou compostas (que, simultaneamente, alteram a composição qualitativa e a expressão quantitativa dos elementos patrimoniais).

As variações patrimoniais podem ser classificadas de acordo com sua relação com a execução orçamentária, sendo subdivididas em resultantes da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária.

A variação do patrimônio público é mensurada por meio da apuração do resultado patrimonial a cada exercício e decorrem de transações que aumentem ou diminuam o patrimônio líquido.

Isto posto, há de se ponderar que no exercício de 2011 ocorreu um fato singular nas variações patrimoniais, haja vista, as variações independentes da execução orçamentária terem sido substancialmente afetadas pelas insubsistências patrimoniais do passivo (variações ativas – aumentativas) e superveniências patrimoniais passivas (variações passivas – diminutivas), conforme tabela seguinte:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 174 Poder Executivo – Variações Patrimoniais

			Em R\$1		
Fato Contábil	2011	%	Fato Contábil	2011	%
Variações Ativas	74.422.707.392	100,00	Variações Passivas	69.464.338.307	93,34
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>30.680.781.729</u>	<u>41,23</u>	<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>29.315.347.688</u>	<u>39,39</u>
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>43.741.925.663</u>	<u>58,77</u>	<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>40.148.990.620</u>	<u>53,95</u>
Receitas de Convênios	5.243.543	0,01	Despesas de Convênios	0	0,00
Superveniências Financeiras Ativas	877.667.724	1,18	Superveniências Financeiras Passivas	713.382.433	0,96
Insubsistências Financeiras do Passivo	1.243.834.607	1,67	Insubsistências Financeiras do Ativo	1.969.141.783	2,65
Superveniências Patrimoniais Ativas	7.103.078.454	9,54	Superveniências Patrimoniais Passivas	35.375.155.903	47,53
Insubsistências Patrimoniais do Passivo	34.512.101.336	46,37	Insubsistências Patrimoniais do Ativo	2.091.310.500	2,81
			Resultado Obtido – Superávit Patrimonial	4.958.369.085	6,66
Total	74.422.707.392	100,00	Total	74.422.707.392	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Ressaltamos na tabela 174, que anteriormente as variações resultantes da execução orçamentária tinham uma representatividade bem expressiva na composição das variações patrimoniais, sendo que no presente exercício essa representatividade caiu, em função dos novos registros decorrentes dos registros das *provisões matemáticas previdenciárias*, em atendimento à padronização aos moldes da atual contabilidade pública aplicada aos setores públicos proposta pela STN, em prol aos dispositivos legais enumerados no item anterior deste relatório.

Concomitantemente houve alteração na representatividade das independentes da execução orçamentária, tanto das variações patrimoniais ativas pelas inscrições e/ou atualizações das referidas provisões, nas superveniências patrimoniais passivas, quanto das passivas, pelas suas baixas e/ou amortizações, nas insubsistências patrimoniais do passivo, como se observa a seguir:

Tabela 175 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Aumentativas

Em R\$1

Especificações	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
Variações Ativas	32.733.382.440	100,00	74.422.707.392	100,00
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>28.754.927.552</u>	<u>87,85</u>	<u>30.680.781.729</u>	<u>41,23</u>
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>3.978.454.888</u>	<u>12,15</u>	<u>43.741.925.663</u>	<u>58,77</u>
Receitas de Convênios	2.326.184	0,01	5.243.543	0,01
Superveniências Financeiras Ativas	445.098	0,00	877.667.724	1,18
Insubsistências Financeiras do Passivo	224.121.339	0,68	1.243.834.607	1,67
Superveniências Patrimoniais Ativas	3.650.258.881	11,15	7.103.078.454	9,54
Insubsistências Patrimoniais do Passivo	101.303.386	0,31	34.512.101.336	46,37
Cancelamento da Dívida Fundada	101.303.386	0,31	122.570.930	0,16
Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias	0	0,00	34.389.530.405	46,21
Total	32.733.382.440	100,00	74.422.707.392	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Tabela 176 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Diminutivas

Em R\$1

Especificações	2010		2011	
	R\$	%	R\$	%
Variações Passivas	31.799.294.430	97,15	69.464.338.307	93,34
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>27.490.884.844</u>	<u>83,98</u>	<u>29.315.347.688</u>	<u>39,39</u>
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>4.308.409.586</u>	<u>13,16</u>	<u>40.148.990.620</u>	<u>53,95</u>
Despesas de Convênios	0	0	0	0
Superveniências Financeiras Passivas	940.314	0	713.382.433	0,96
Insubsistências Financeiras do Ativo	13.219.804	0,04	1.969.141.783	2,65
Superveniências Patrimoniais Passivas	2.567.532.781	7,84	35.375.155.903	47,53
Encampação da Dívida Fundada	1.740.789.899	5,32	0	0
Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada	826.742.882	2,53	985.625.498	1,32
Inscrições e/ou Atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias	0	0	34.389.530.405	46,21
Insubsistências Financeiras do Ativo	13.219.804	0,04	1.969.141.783	2,65
Resultado Patrimonial do Exercício	934.088.010	2,85	4.958.369.085	6,66
Superávit do Exercício	934.088.010	2,85	4.958.369.085	6,66
Total	32.733.382.440	100,00	74.422.707.392	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Outrossim, ressaltamos que os fatos contábeis do referido controle das provisões, ora incluído, não afetaram o resultado patrimonial do exercício, haja vista ter havido um equilíbrio dos valores inscritos e baixados, fazendo sua influência ser nula.

Isto posto, esta especializada, para o fim de análise horizontal das variações patrimoniais, usou a metodologia de comparar os valores e percentuais conforme se apresentam nos anexos e também desconsiderando-se os valores provenientes de tais provisões, baseando-se, para tanto, nas composições expostas a seguir:

Tabela 177 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Aumentativas
(comparativo da influência das baixas de contribuições matemáticas previdenciárias)

Em R\$1

Especificações	Valores Anexo 15		Valores para Análise	
	R\$	%	R\$	%
Variações Ativas	74.422.707.392	100,00	40.033.176.987	100,00
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>30.680.781.729</u>	<u>41,23</u>	<u>30.680.781.729</u>	<u>76,64</u>
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>43.741.925.663</u>	<u>58,77</u>	<u>9.352.395.258</u>	<u>23,36</u>
Receitas de Convênios	5.243.543	0,01	5.243.543	0,01
Superveniências Financeiras Ativas	877.667.724	1,18	877.667.724	2,19
Insubsistências Financeiras Passivas	1.243.834.607	1,67	1.243.834.607	3,11
Superveniências Patrimoniais Ativas	7.103.078.454	9,54	7.103.078.454	17,74
Insubsistências Patrimoniais Passivas	34.512.101.336	46,37	122.570.930	0,31
Cancelamento da Dívida Fundada	122.570.930	0,16	122.570.930	0,31
Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias	34.389.530.405	46,21	-	-
Resultado Patrimonial do Exercício	0	0,00	0	0,00
Déficit do Exercício	0	0,00	0	0,00
Total	74.722.707.392	100,00	40.033.176.987	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Tabela 178 Poder Executivo – Variações Patrimoniais Diminutivas
(comparativo da influência das inscrições de contribuições matemáticas previdenciárias)

Em R\$1

Especificações	Valores Anexo 15		Valores para Análise	
	R\$	%	R\$	%
Variações Passivas	69.464.338.307	93,34	35.074.807.902	87,61
<u>Resultantes da Execução Orçamentária</u>	<u>29.315.347.688</u>	<u>39,39</u>	<u>29.315.347.688</u>	<u>73,23</u>
<u>Independentes da Execução Orçamentária</u>	<u>40.148.990.620</u>	<u>53,95</u>	<u>5.759.460.214</u>	<u>14,39</u>
Despesas de Convênios	0	0,00	0	0,00
Superveniências Financeiras Passivas	713.382.433	0,96	713.382.433	1,78
Insubsistências Financeiras do Ativo	1.969.141.783	2,65	1.969.141.783	4,92
Superveniências Patrimoniais Passivas	35.375.155.903	47,53	985.625.498	2,46
Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada	985.625.498	1,32	985.625.498	2,46
Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias	34.389.530.405	46,21	-	-
Insubsistências Financeiras do Ativo	1.969.141.783	2,65	2.091.310.500	5,22
Resultado Patrimonial do Exercício	4.958.369.085	6,66	4.958.369.085	12,39
Superávit do Exercício	4.958.369.085	6,66	4.958.369.085	12,39
Total	74.422.707.392	100,00	40.033.176.987	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.5.2 Variações Ativas

As variações ativas, no valor de R\$74.422.707.392,39, estão assim compostas:

Tabela 179 Poder Executivo – Variações Ativas

Em R\$1

Descrição	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Resultantes da Execução Orçamentária	9.512.847.109	4.284.065.104	2.344.393.500	14.539.476.017	30.680.781.729	41,23
<u>Receitas Orçamentárias</u>	<u>101.819.449</u>	<u>1.822.587.833</u>	<u>824.596.831</u>	<u>11.903.776.962</u>	<u>14.652.781.076</u>	<u>19,69</u>

Descrição	Em R\$1					
	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Receitas Correntes	10.215.031	66.323.280	2.897.556	0	79.435.867	0,11
Receitas de Capital	41.534.609	22.229.252	8.212.273	1.762.186.800	1.834.162.933	2,46
<u>Receitas Intraorçamentárias</u>	<u>0</u>	<u>665.102.850</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>665.102.850</u>	<u>0,89</u>
Receitas Correntes	10.215.031	66.323.280	2.897.556	0	79.435.867	0,11
<u>Cotas Recebidas</u>	<u>9.181.580.850</u>	<u>1.517.181.432</u>	<u>1.165.977.214</u>	<u>331.469.648</u>	<u>12.196.209.144</u>	<u>16,39</u>
<u>Mutações das Despesas</u>	<u>229.446.809</u>	<u>279.192.989</u>	<u>353.819.454</u>	<u>2.304.229.407</u>	<u>3.166.688.659</u>	<u>4,26</u>
Independentes da Execução Orçamentária	198.540.124	36.744.963.200	602.855.166	6.195.567.173	43.741.925.663	58,77
Resultado Obtido – Déficit Patrimonial	0	0	831.106.527	0	0	0,00
Total	9.711.387.232	41.029.028.304	3.778.355.193	20.735.043.190	74.422.707.392	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como visto na tabela 176, as variações ativas resultantes da execução orçamentária do Poder Executivo alcançaram um percentual de 41,23% do total, enquanto que as independentes 58,77%, sendo que estes percentuais passam a representar, respectivamente, 76,64% e 23,36%, ao se desconsiderar as provisões previdenciárias.

2.2.5.2.1 Resultantes da Execução Orçamentária Ativas

As variações ativas resultantes da execução orçamentária compreendem as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital), no montante de R\$14.652.781.075,99, as receitas intraorçamentárias arrecadadas (correntes), no montante de R\$665.102.850,02, as cotas recebidas, no valor de R\$12.196.209.144,25, e as mutações da despesa, no valor de R\$3.166.688.658,88.

As mutações da despesa podem ser assim identificadas:

Tabela 180 Poder Executivo – Mutações Patrimoniais da Despesa

Subgrupo	Em R\$1					
	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Amortização da Dívida Fundada	0	0	0	2.187.466.672	2.187.466.672	69,08
Inscrição de Bens e/ou Valores a Apropriar	155.256.967	177.512.948	263.002.371	0	595.772.287	18,81

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

Em R\$1

Subgrupo	Adm. Direta - Órgãos	Adm. Indireta - Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Aquisição e/ou Construção de Bens	23.056.312	83.791.986	9.782.531	0	116.630.830	3,68
Constituição de Valores	51.133.530	17.888.054	81.034.552	116.762.735	266.818.871	8,43
Total	229.446.809	279.192.989	353.819.454	2.304.229.407	3.166.688.659	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Evidencia-se entre as mutações patrimoniais ativas, os pagamentos do principal da dívida pública consolidada do Estado, no exercício de 2011. Observa-se ainda, que foi a que mais teve variação de um ano para o outro, na margem de 324,28% de acréscimos, os quais são evidenciados na forma que se segue:

Tabela 181 Poder Executivo – Amortização da Dívida Fundada

Em R\$1

Descrição	Valor em 2010	AV ⁽¹⁾	Valor em 2011	AV ⁽²⁾	AH ⁽³⁾
Amortização da Dívida Interna	502.469.803,29	97,46	2.175.458.158,42	99,45	332,95
Amortização da Dívida Externa	13.105.267,82	2,54	12.008.513,27	0,55	(8,37)
Total	515.575.071,11	23,57	2.187.466.671,69	100,00	324,28

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

(1) Análise Vertical. Participação do item no Total da Amortização da Dívida Fundada em 2010.

(2) Análise Vertical. Participação do item no Total da Amortização da Dívida Fundada em 2011.

(3) Análise Horizontal. Variação do item de 2011 em relação a 2010.

A variação ocorrida na amortização da dívida interna de 332,95% é basicamente decorrente do pagamento de R\$1,6 bilhões referente ao contrato de novação de obrigações do Estado com a Celg que se encontra comentado no gráfico 14 da Evolução da Amortização da Dívida Pública, sendo os detalhes sobre o referido contrato e sobre a dívida pública relatados no item 1.2.2.2.1.1 – Dívida Fundada Interna, deste relatório.

2.2.5.2.2 Independentes da Execução Orçamentária Ativas

As variações ativas independentes da execução orçamentária, do Poder Executivo alcançaram um percentual de 58,77% do total, passando a 23,36%, quando desconsideradas as provisões previdenciárias. Evidencia-se dessa forma, que as independentes da execução orçamentária tiveram um aumento efetivo de 135,08%, alcançando dessa forma o montante R\$43.741.925.663,25, e podem ser assim resumidas:



Tabela 182 Poder Executivo – Variações Ativas Independentes
da Execução Orçamentária

						Em R\$1
Subgrupo	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Receitas de Convênios	0	5.243.543	0	0	5.243.543	0,01
Superveniências Financeiras Ativas	58.907	868.457.292	994.435	8.157.089	877.667.724	2,01
Encampação de Créditos Realizáveis	0	867.505.307	0	0	867.505.307	1,98
Encampação de Desembolsos a Apropiar	58.907	951.984	994.435	8.157.089	10.162.416	0,02
Insubsistências Financeiras do Passivo	32.575.594	625.149.976	519.363.545	66.745.491	1.243.834.607	2,84
Cancelamento da Dívida Flutuante	31.489.232	616.812.604	515.893.280	66.745.491	1.230.940.607	2,81
Cancelamento de Recebimentos a Classificar	1.086.362	8.337.373	3.470.265	0	12.894.000	0,03
Superveniências Patrimoniais Ativas	165.905.623	856.581.984	82.497.186	5.998.093.662	7.103.078.454	16,24
Incorporação de Bens de Uso Especial	252.717	25.865.763	15.168.553	0	41.287.033	0,09
Reavaliação de Bens de Uso Especial	165.528.471	219.186.573	59.555.252	0	444.270.295	1,02
Apropriação e/ou Atualização de Valores	124.435	611.529.648	7.773.381	123.476.047	742.903.513	1,70
Encampação de Bens e/ou Valores a Apropiar	0	0	0	5.874.617.614	5.874.617.614	13,43
Insubsistências Patrimoniais do Passivo	0	34.389.530.405	0	122.570.930	34.512.101.336	78,90
Cancelamento da Dívida Fundada	0	0	0	122.570.930	122.570.930	0,28
Baixa e/ou Amortização de Provisões Matemáticas Previdenciárias	0	34.389.530.405	0	0	34.389.530.405	78,62
Total	198.540.124	36.744.963.200	602.855.166	6.195.567.173	43.741.925.663	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As superveniências financeiras ativas foram as que mais sofreram alterações de 2010 para 2011, sendo que o valor de R\$867.505.307,46 encontrado no subgrupo encampação de créditos realizáveis se refere basicamente a créditos de contribuições previdenciárias, e ainda, uma pequena parcela de outros devedores. Observando que o referido subgrupo não teve movimentação no ano anterior.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Patrimonial do Poder Executivo

O valor de R\$5.874.617.614,29 encontrado no subgrupo encampação de bens e/ou valores a apropriar refere-se integralmente a inscrições e atualizações monetárias de dívida ativa tributária e não tributária, e estão detalhados no item 2.2.1.9 – Créditos a Receber – Poder Executivo.

2.2.5.3 Variações Passivas

As variações passivas, no montante de R\$74.422.707.392,39 estão assim compostas:

Tabela 183 Poder Executivo – Variações Passivas

Descrição	Em R\$1					
	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Resultantes da Execução Orçamentária	9.251.780.151	3.906.445.670	1.954.308.003	14.202.813.864	29.315.347.688	39,39
<u>Despesas Orçamentárias</u>	<u>7.592.800.771</u>	<u>3.653.359.833</u>	<u>1.815.584.254</u>	<u>0</u>	<u>13.061.744.857</u>	<u>17,55</u>
Despesas Correntes	5.154.919.972	3.485.224.356	1.715.733.814	0	10.355.878.142	13,91
Despesas de Capital	2.437.880.799	168.135.476	99.850.440	0	2.705.866.716	3,64
<u>Cotas Concedidas</u>	<u>1.658.933.840</u>	<u>253.085.838</u>	<u>137.288.249</u>	<u>11.711.346.099</u>	<u>13.760.654.026</u>	<u>18,49</u>
<u>Mutações da Receita</u>	<u>45.539</u>	<u>0</u>	<u>1.435.500</u>	<u>2.491.467.765</u>	<u>2.492.948.804</u>	<u>3,35</u>
Independentes da Execução Orçamentária	168.490.355	35.972.060.444	1.824.047.190	2.184.392.631	40.148.990.620	53,95
Resultado Obtido – Superávit Patrimonial	291.116.726	1.150.522.190	0	4.347.836.695	4.958.369.085	6,66
Total	9.711.387.232	41.029.028.304	3.778.355.193	20.735.043.190	74.422.707.392	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como visto na Tabela 178, das variações patrimoniais diminutivas, as variações passivas resultantes da execução orçamentária do Poder Executivo alcançaram um percentual de 39,39% do total, enquanto que as independentes 53,95%, sendo que estes percentuais passam representar, respectivamente, para 73,23% e 14,39%, ao se desconsiderar as provisões previdenciárias.

2.2.5.3.1 Resultantes da Execução Orçamentária Passivas

As variações passivas resultantes da execução orçamentária compreendem as despesas orçamentárias executadas (correntes e de capital), no montante de R\$13.061.744.857,45, as cotas concedidas, no valor de R\$13.760.654.026,18, e as mutações da receita, no valor de R\$2.492.948.804,23.

As mutações da receita podem ser assim identificadas:

Tabela 184 Poder Executivo – Mutações Patrimoniais da Receita

Em R\$1

Subgrupo	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Contratação da Dívida Fundada	0	0	0	1.760.436.794	1.760.436.794	70,62
Recebimento de Créditos Transitórios	0	0	0	731.030.971	731.030.971	29,32
Alienação de Bens	25.539	0	1.435.500	0	1.461.039	0,06
Alienação e/ou Reversão de Valores	20.000	0	0	0	20.000	0,00
Total	45.539	0	1.435.500	2.491.467.765	2.492.948.804	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.2.5.3.2 Independentes da Execução Orçamentária

As variações ativas independentes da execução orçamentária, do Poder Executivo alcançaram um percentual de 53,95% do total, passando a 14,39%, quando desconsiderados as provisões previdenciárias. Evidencia-se dessa forma, que as independentes da execução orçamentária teve um aumento efetivo de 33,68% e podem ser assim resumidas:

Tabela 185 Poder Executivo – Variações Passivas Independentes da Execução Orçamentária

Em R\$1

Subgrupo	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Despesas de Convênios	0	0	0	0	0	0,00
Superveniências Financeiras Passivas	5.039.328	442.750.920	2.296.077	263.296.108	713.382.433	1,78
Encampação da Dívida Flutuante	6.470	439.863.520	718.777	263.296.108	703.884.875	1,75
Encampação de Recebimentos a Classificar	5.032.858	2.887.400	1.577.300	0	9.497.558	0,02

Em R\$1

Subgrupo	Adm. Direta – Órgãos	Adm. Indireta – Autarquias e Fundações	Fundos Especiais	Tesouro	Total	%
Insubstituições Financeiras Ativas	58.076.654	883.494.925	1.019.352.175	8218029,21	1.969.141.783	4,90
Cancelamento de Créditos Realizáveis	57.880.521	883.480.980	1.018.357.739	8.195.123	1.967.914.364	4,90
Cancelamento de Desembolsos a Apropriar	196.132	13944,82	994.435	22.906	1.227.419	0,00
Superveniências Patrimoniais Passivas	0	34.389.530.405	0	985625497,9	35.375.155.903	88,11
Encampação da Dívida Fundada	0	0	0	0	0	0,00
Atualização Monetária e/ou Cambial da Dívida Fundada	0	0	0	985.625.498	985.625.498	2,45
Inscrições e/ou atualizações de Provisões Matemáticas Previdenciárias	0	34.389.530.405	0	0	34.389.530.405	85,65
Insubstituições Patrimoniais Ativas	105.374.374	256.284.194	802.398.938	927252995,5	2.091.310.500	5,21
Desincorporação de Bens de Uso Especial	171.813	17.411.002	3.133.310	0	20.716.126	0,05
Baixa Residual de Bens de Uso Especial	2.318	0	0	0	2.318	0,00
Baixa de Valores	25.678.605	11.500.967	665.132.141	4.543.871	706.855.584	1,76
Baixa de Bens e/ou Valores a Apropriar	79.521.637	227.372.224	134.133.487	922.709.125	1.363.736.473	3,40
Total	168.490.355	35.972.060.444	1.824.047.190	2.184.392.631	40.148.990.620	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As atualizações de dívidas passivas no valor de R\$985.625.497,94, representam 2,45% das variações passivas independentes da execução orçamentária, e podem ser assim detalhadas, na forma vista no item 1.2.2.2.1 – Dívida Consolidada:

Tabela 186 Poder Executivo – Atualização de Dívidas Passivas

Em R\$1

Descrição	Valor	%
Atualização Monetária da Dívida Fundada Interna	968.270.819	98,24
Correção Cambial da Dívida Fundada Externa	17.354.678	1,76
Total	985.625.498	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

2.3 Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

2.3.1 Balanço Econômico

É apresentada a seguir a movimentação econômica do Poder Executivo durante o exercício de 2011:

Tabela 187 Poder Executivo – Movimentação Econômica do Poder Executivo

			Em R\$1.000.000		
Recursos Obtidos	R\$	%	Recursos Aplicados	R\$	%
Da Arrecadação de Tributos	6.817	24,78	Gastos com Manutenção	9.493	34,50
			Pessoal e Encargos Sociais	6.487	23,58
Da Exploração do Patrimônio Estatal	403	1,47	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.455	5,29
			Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	151	0,55
De Transferências Recebidas	3.375	12,27	Material de Consumo	268	0,97
			Locação de Mão-de-Obra	13	0,05
De Alienação de Bens	4	0,01	Gastos com Viagem	100	0,36
			Outros	1.018	3,70
Do Endividamento Estatal	1.760	6,40	Serviços da Dívida	2.995	10,89
			Juros	807	2,93
			Amortização	2.188	7,95
			Investimentos	489	1,78
			Aplicações Diretas	347	1,26
			Transferências	142	0,51
			Inversões Financeiras	30	0,11
Outros	2.958	10,75	Outras Transferências	56	0,20
Cotas Recebidas	12.196	44,33	Cotas Concedidas	13.761	50,01
Soma	27.514	100,00	Soma	26.822	97,49
			Superávit Orçamentário	692	2,51
Total Geral	27.514	100,00	Total Geral	27.514	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

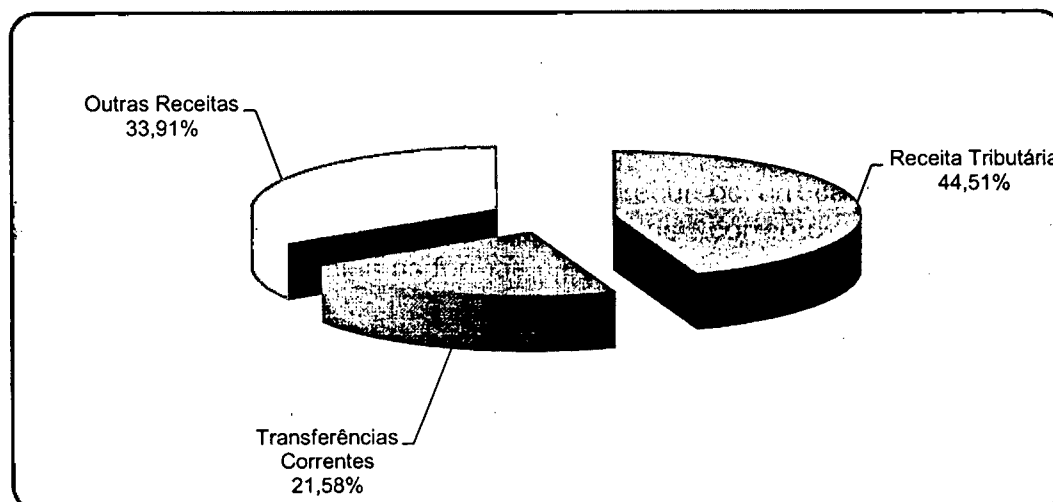
2.3.2 Execução Orçamentária e Financeira

2.3.2.1 Receita

A Receita Pública representa a totalidade de recursos arrecadados pelo Estado, classificando-se orçamentariamente em receitas correntes e de capital. A Constituição Federal determina as formas e percentuais da sua repartição.

A Receita Pública do Estado de Goiás é gerida pelo Poder Executivo, por meio da Sefaz, que tem como finalidade formular, coordenar e executar as funções de administração tributária do Estado.

Gráfico 23 Poder Executivo – Composição da Receita Arrecadada



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.1 Comparação entre a Receita Estimada e a Arrecadada

A Lei Estadual n.º17.266/2011 (Lei Orçamentária Anual) inicialmente estimou a receita do Poder Executivo, para o exercício financeiro de 2011, no montante de R\$14.899.474.000,00, tendo sido efetivamente arrecadados R\$15.317.883.926,01, ocasionando um superávit de arrecadação de R\$418.409.926,01.

A tabela a seguir demonstra o comportamento da receita arrecadada em relação à previsão inicial nos cinco últimos exercícios:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

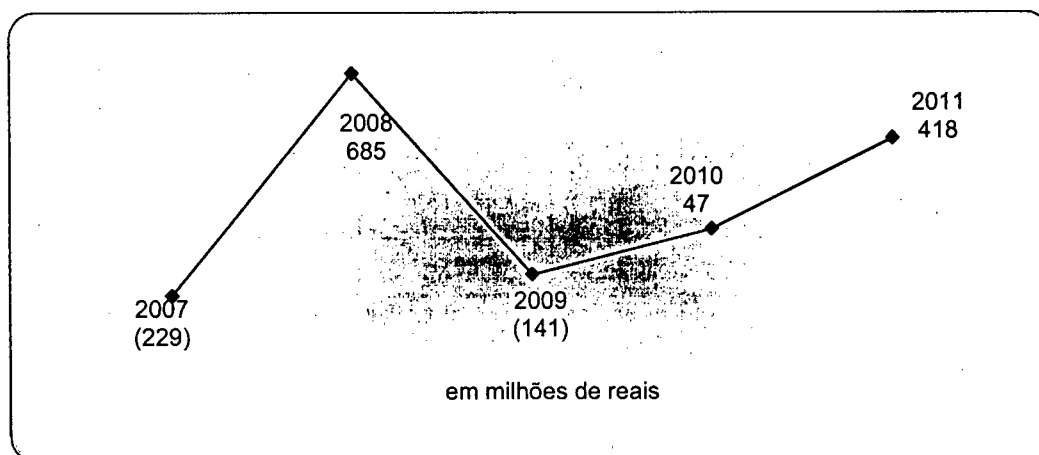
Tabela 188 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista

Em R\$1					
Título	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Prevista	9.576.431.000	10.412.837.000	11.521.626.000	13.650.962.510	14.899.474.000
Receita Arrecadada	9.347.398.355	11.097.774.134	11.380.151.807	13.697.601.401	15.317.883.926
Excesso/Insuficiência de Arrecadação	(229.032.645)	684.937.134	(141.474.193)	46.638.891	418.409.926
%	(2,39)	6,58	(1,23)	0,34	2,81

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

O superávit de arrecadação verificado no exercício de 2011, em comparação aos anos anteriores, é melhor visualizado no gráfico apresentado abaixo:

Gráfico 24 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.2 Evolução da Arrecadação

Nos últimos anos a receita orçamentária do Poder Executivo apresentou a seguinte evolução:

Tabela 189 Poder Executivo – Comportamento da Receita Arrecadada em Relação à Prevista

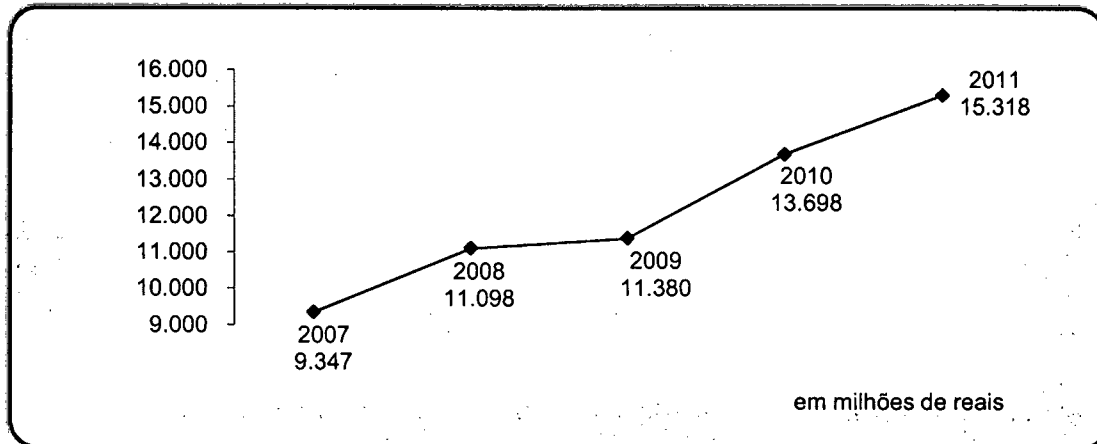
Em R\$1		
Exercício	Valor	Variação %
2007	9.347.398.355	14,58
2008	11.097.774.134	18,73
2009	11.380.151.807	2,54
2010	13.697.601.401	20,36
2011	15.317.883.926	11,83

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

O gráfico a seguir permite melhor visualização do comportamento da receita orçamentária nos últimos cinco anos:

Gráfico 25 Poder Executivo – Evolução da Receita – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.3 Receitas por Categorias Econômicas

No exercício de 2011, as receitas arrecadadas pelo Poder Executivo apresentaram o seguinte comportamento:

Tabela 190 Poder Executivo – Receitas por Categorias Econômicas

Descrição	Em R\$1					
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm Indireta Aut. e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	%
Receitas Correntes	60.284.840	2.465.461.431	816.384.559	10.141.590.163	13.483.720.993	88,03
Orçamentárias	60.284.840	1.800.358.581	816.384.559	10.141.590.163	12.818.618.143	83,68
Receita Tributária	0	436.129.037	493.617.292	5.887.590.149	6.817.336.478	44,51
Receita de Contribuições	0	1.126.797.102	0	0	1.126.797.102	7,36
Receita Patrimonial	472.846	23.798.839	48.041.388	331.175.261	403.488.335	2,63
Receita Agropecuária	0	206.364	0	0	206.364	0,00
Receita de Serviços	0	103.855.094	43.463.841	55.605	147.374.540	0,96
Transferências Correntes	59.811.994	10.202.022	106.472.343	3.129.801.503	3.306.287.862	21,58
Outras Receitas Correntes	0	99.370.124	124.789.694	792.967.645	1.017.127.463	6,64
Intraorçamentárias	0	665.102.850	0	0	665.102.850	4,34
Receita de Contribuições	0	636.296.075	0	0	636.296.075	4,15
Receita de Serviços	0	28.806.775	0	0	28.806.775	0,19

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Descrição	Em R\$1					
	Adm. Direta Órgãos Executivo	Adm Indireta Aut. e Fundações	Fundos Especiais Executivo	Tesouro	Total	%
Receitas de Capital	41.534.609	22.229.252	8.212.273	1.762.186.800	1.834.162.933	11,97
Orçamentárias	41.534.609	22.229.252	8.212.273	1.762.186.800	1.834.162.933	11,97
Operações de Crédito	0	0	0	1.760.436.794	1.760.436.794	11,49
Alienação de Bens	0	48.872	3.760.300	230.005	4.039.178	0,03
Amortização de Empréstimos	0	0	1.185.769	0	1.185.769	0,01
Transferências de Capital	41.534.609	22.180.380	3.266.203	1.500.000	68.481.192	0,45
Outras Receitas de Capital	0	0	0	20.000	20.000	0,00
Total	101.819.449	2.487.690.683	824.596.831	11.903.776.962	15.317.883.926	100,00

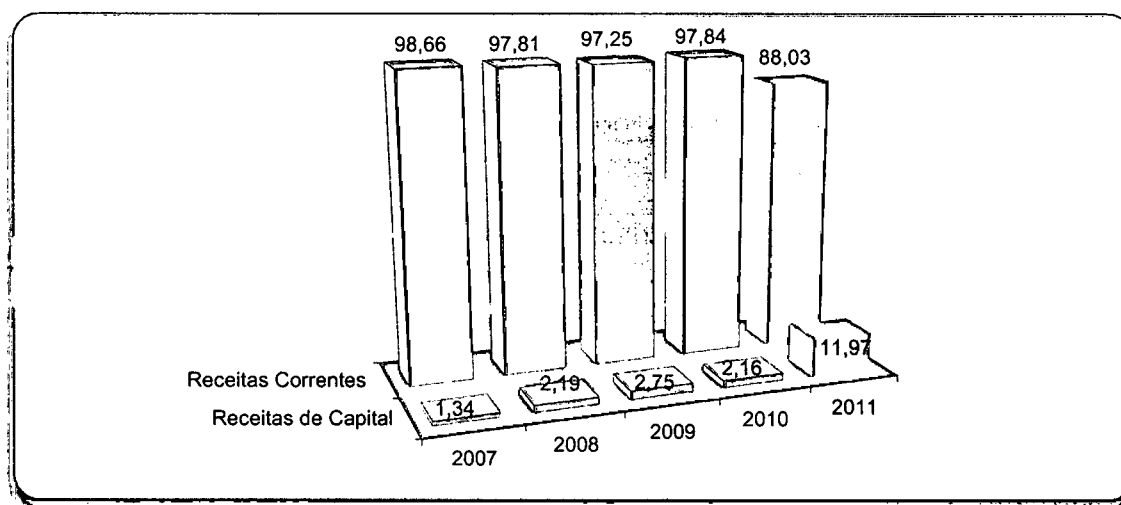
Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A arrecadação das receitas tributárias continua com uma participação expressiva no comportamento geral da receita, alcançando, no exercício sob exame, o percentual de 44,51%.

No exercício de 2011, as receitas de capital representaram 11,97% do total, enquanto que no exercício anterior atingiram 2,16%

Tomando como parâmetro os últimos cinco exercícios para fins de análise, verifica-se que o perfil da receita orçamentária arrecadada não sofreu grandes variações no decorrer do período, como evidencia o gráfico na sequência:

Gráfico 26 Poder Executivo – Participação das Receitas Correntes e de Capital na Receita Orçamentária



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

A tabela seguinte apresenta, ainda a título de facilitar a avaliação do perfil da receita, com base nos últimos cinco anos, a participação percentual dos componentes de cada categoria econômica:

Tabela 191 Poder Executivo – Perfil da Receita Arrecadada – 2007 a 2011

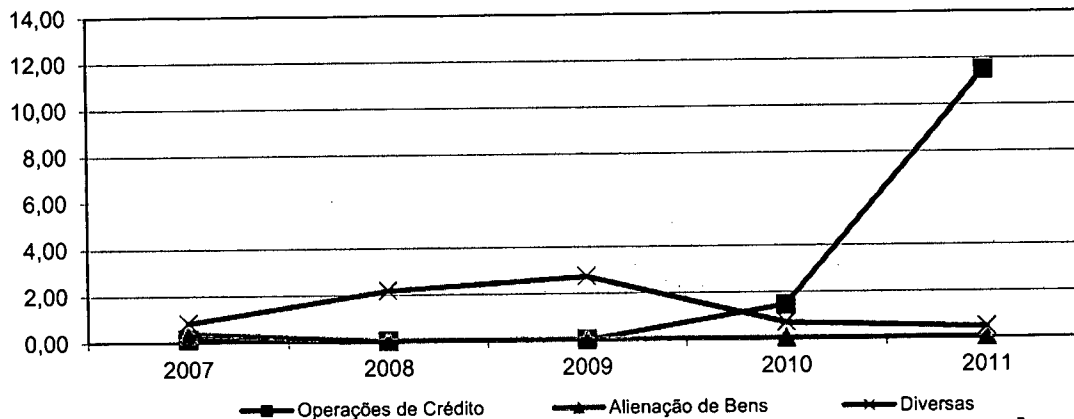
Título	Em Percentuais (%)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Receitas Correntes	98,66	97,81	97,25	97,84	88,03
Orçamentárias	98,66	97,81	97,25	94,26	83,68
Receita Tributária	61,18	60,36	60,91	59,87	44,51
Receita de Contribuições	7,71	7,13	7,73	7,23	7,36
Receita Patrimonial	2,18	1,87	0,73	0,53	2,63
Receita de Serviços	1,61	1,60	1,28	1,21	0,96
Transferências Correntes	21,94	23,22	22,98	21,19	21,58
Outras Receitas Correntes	4,04	3,63	3,63	4,23	6,64
Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	3,59	4,34
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	3,46	4,15
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,12	0,19
Receitas de Capital	1,33	2,19	2,75	2,16	11,97
Orçamentárias	1,33	2,19	2,75	2,16	11,97
Operações de Crédito	0,14	0,00	0,00	1,45	11,49
Alienação de Bens	0,37	0,02	0,02	0,02	0,03
Amortização de Empréstimos	0,00	0,33	0,02	0,01	0,01
Transferências de Capital	0,83	1,84	2,71	0,67	0,45
Outras Receitas de Capital	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O gráfico seguinte ilustra o comportamento das operações de crédito e da alienação de bens nos últimos cinco exercícios e o seu efeito na mudança do perfil da receita:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Gráfico 27 Poder Executivo – Evolução da Composição da Receita de Capital – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

2.3.2.1.3.1 Receitas Correntes

Como informado na tabela abaixo, as receitas correntes totalizaram R\$13.483.720.992,67, representando 88,03% da receita orçamentária líquida de 2011. Este montante superou em 2,67% a previsão inicial, que importava em R\$13.132.738.000,00.

A composição das receitas correntes está a seguir apresentada e, na sequência, são analisados os seus títulos mais representativos.

Tabela 192 Poder Executivo – Receitas Correntes

Título	Valor	%
Orçamentárias	12.818.618.143	95,07
Receita Tributária	6.817.336.478	50,56
Receita de Contribuições	1.126.797.102	8,36
Receita Patrimonial	403.488.335	2,99
Receita Agropecuária	206.364	0,00
Receita de Serviços	147.374.540	1,09
Transferências Correntes	3.306.287.862	24,52
Outras Receitas Correntes	1.017.127.463	7,54
Intraorçamentárias	665.102.850	4,93
Receita de Contribuições	636.296.075	4,72
Receita de Serviços	28.806.775	0,21
Total	13.483.720.993	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

2.3.2.1.3.1.1 Receita Tributária

A receita tributária bruta no valor de R\$11.176.324.089,84 sofreu deduções de R\$4.358.987.612,26 atingindo a importância de R\$6.817.336.477,58.

A receita tributária líquida contribui com 50,56% das receitas correntes líquidas do Poder Executivo representando ainda 44,51% do total da receita arrecadada líquida, que foi de R\$15.317.883.926,01.

A composição da receita tributária no exercício de 2011 está demonstrada na tabela a seguir:

Tabela 193 Poder Executivo – Receita Tributária

Título	Valor	Em R\$1
		%
Receita de Impostos	10.385.612.292	152,34
(-)Deduções das Receitas de Impostos	(4.235.865.465)	(62,13)
Receita de Taxas	790.711.798	11,60
(-)Deduções das Receitas de Taxas	(123.122.147)	(1,81)
Total	6.817.336.478	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.3.1.1.1 Receita de Impostos

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, foram responsáveis por 89,49% do total dos impostos arrecadados pelo Estado, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 194 Poder Executivo – Composição da Receita de Impostos

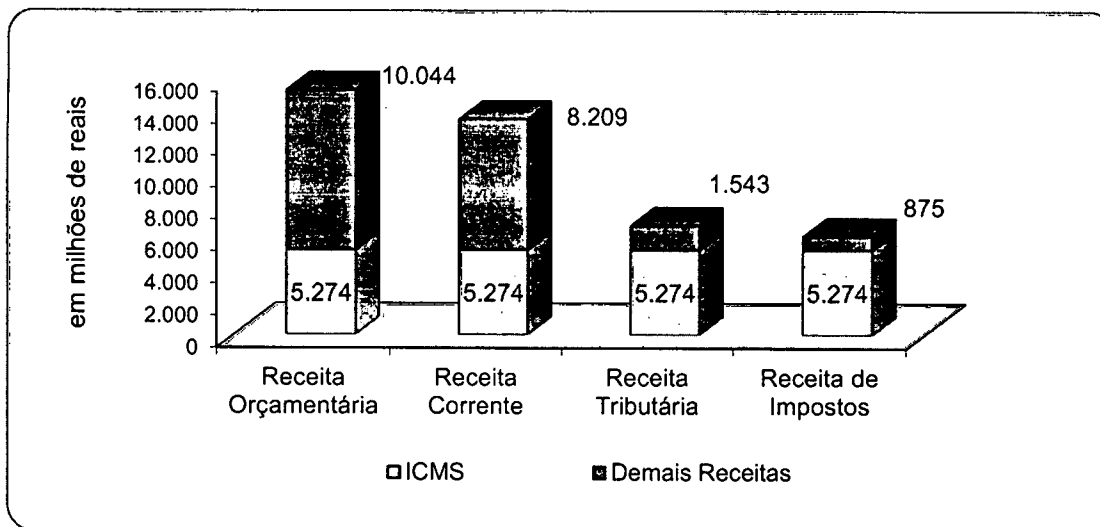
Descrição	Valor	Em R\$1
		%
ICMS	9.112.252.879	148,17
(-)Deduções do ICMS	(3.837.981.741)	(62,41)
IRRF	567.352.693	9,23
(-)Deduções do IRRF	(8.874)	0,00
IPVA	607.247.922	9,87
(-)Deduções do IPVA	(378.047.960)	(6,15)
Imposto s/ Transm. "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos – ITCD	98.758.799	1,61
(-)Deduções do ITCD	(19.826.891)	(0,32)
Total	6.149.746.827	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

O gráfico a seguir ilustra a participação do ICMS no perfil da receita em 2011:

Gráfico 28 Participação do ICMS na Receita Estadual

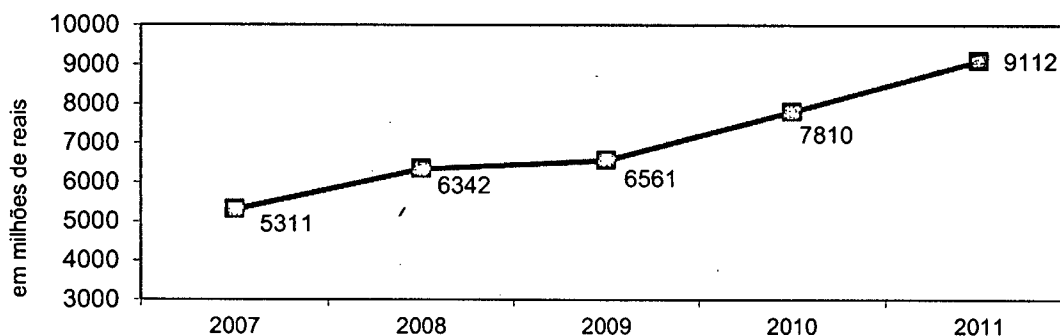


Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Portanto, a arrecadação total do ICMS representou 34,43% da receita orçamentária líquida, 39,12% das receitas correntes líquidas e a quase totalidade das receitas tributárias e de impostos.

Durante os últimos cinco anos, a arrecadação bruta do ICMS apresentou o seguinte comportamento, demonstrado no gráfico:

Gráfico 29 Poder Executivo – Evolução da Arrecadação do ICMS – 2007 a 2011

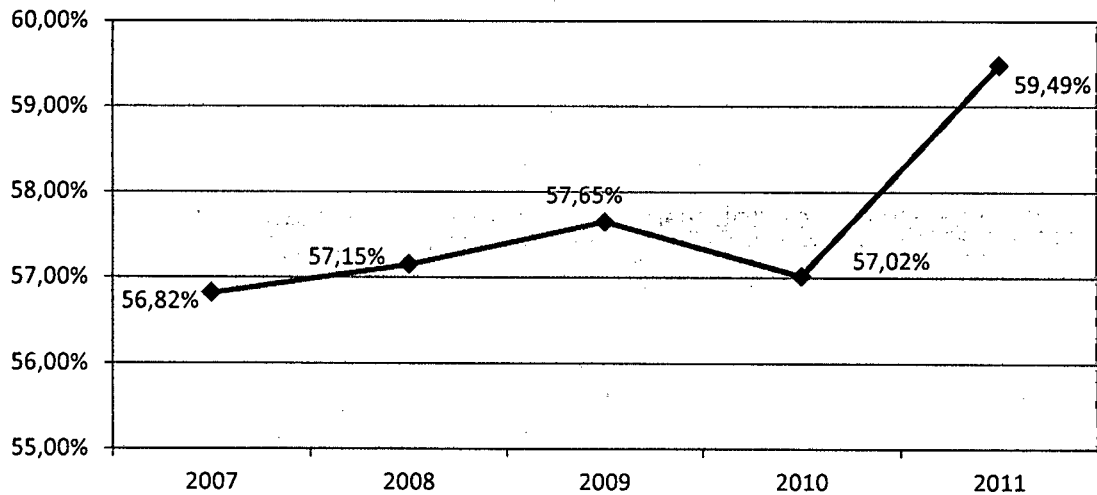


Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

A arrecadação bruta do ICMS, no exercício de 2011, foi superior em 16,67% em termos nominais, em relação a do exercício anterior, e alcançou o montante de R\$9.112.252.878,51. Considerando a inflação do período, pelo índice de 5,80% (Índice de Preços ao Consumidor – IPC/FIPE), o incremento real da arrecadação foi de 31,27% no exercício.

O gráfico evidencia, em percentagens, a evolução da participação do ICMS na arrecadação estadual nos últimos cinco anos:

Gráfico 30 Participação do ICMS na Receita Estadual – 2007 a 2011



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2007 a 2011.

Em 2011, o ICMS representou 59,49% da receita orçamentária, participação 2,47% superior em relação ao exercício de 2010.

É oportuno citar que o orçamento de 2011 estimou uma arrecadação líquida de ICMS da ordem de R\$6.698.119.000,00. Portanto, a importância arrecadada superou em 1,78% essa previsão.

2.3.2.1.3.1.1.2 Receita de Taxas

No exercício de 2011, a arrecadação das taxas alcançou o montante líquido de R\$667.589.650,77, representando um acréscimo de 19,48% do valor líquido previsto de R\$558.746.000,00.

Tabela 195 Poder Executivo – Composição da Receita de Taxas

Título	Em R\$1	
	Valor	%
Pela Prestação de Serviços Públicos	769.374.536	115,25
Pelo Exercício do Poder de Polícia	21.337.262	3,20
(-)Dedução de Taxas	(123.122.147)	(18,44)
Total	667.589.651	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Dentre as taxas pela prestação de serviços públicos, as mais relevantes são as taxas de serviços estaduais. No exercício de 2011 a receita dessas taxas foi estimada em R\$427.603.000,00 enquanto sua arrecadação efetiva alcançou a cifra de R\$507.038.362,61, sendo 18,58% superior àquela previsão.

Dentre as taxas pelo exercício do poder de polícia, as mais relevantes são as taxas de controle e fiscalização ambiental, que no exercício de 2011 foram de R\$14.964.288,64.

2.3.2.1.3.1.1.3 Receita de Contribuição de Melhoria

Apesar da competência constitucional (CF/88, art. 145) para o Estado poder instituir contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, não houve arrecadação referente a este item no exercício sob análise.

2.3.2.1.3.1.2 Receita de Contribuições

É a receita proveniente da contribuição do servidor estadual para o regime próprio de previdência social e de assistência à saúde. A receita de contribuições, inicialmente prevista em R\$2.192.771.000,00, alcançou, no exercício sob análise, o montante líquido de R\$1.763.093.176,53, correspondendo a 11,51% da arrecadação total do Poder Executivo.

A arrecadação das receitas de contribuições, no exercício de 2011, foi auferida pelo Ipagso, no valor de R\$732.546.369,68 e pela Goiásprev, no valor líquido de R\$1.030.546.806,85.

Verifica-se que do total líquido apurado proveniente das receitas de contribuições, o montante líquido de R\$636.296.074,99 refere-se a receitas intragovernamentais, ou seja, são referentes a valores transferidos da própria administração estadual.

2.3.2.1.3.1.3 Receita Patrimonial

Registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da aplicação de recursos em inversões financeiras ou provenientes de bens imobiliários ou mobiliários, tais como aluguéis, concessões e permissões de uso.

Inicialmente prevista em R\$98.549.000,00, a receita patrimonial atingiu o montante líquido de R\$403.488.335,23, perfazendo um excesso de arrecadação da ordem de 309,43%. Tal fato ocorreu em função do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal pelo repasse da folha de pagamento do Estado, gerando uma receita auferida pelo Tesouro Estadual no valor de R\$304.015.718,43.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Outrossim, a segunda arrecadação mais relevante dessa origem de receitas, foi a auferida pelo Funmineral, no valor de R\$17.425.495,75, principalmente em função da receita de concessões e permissões, com R\$17.028.704,09.

A totalidade dos valores referentes à receita patrimonial é demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 196 Poder Executivo – Receita Patrimonial

Título	Valor	Em R\$1
		%
Receitas Imobiliárias	938.702	0,23
Receitas de Valores Mobiliários	60.914.922	15,10
Receitas de Concessões e Permissões	45.082.674	11,17
Outras Receitas Patrimoniais	304.015.718	75,35
(-)Deduções da Receita Patrimonial	(7.463.681)	(1,85)
Total	403.488.335	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.3.1.4 Receita Agropecuária

Não houve previsão orçamentária para essa categoria de receitas, e sua arrecadação atingiu o montante de R\$206.363,57.

2.3.2.1.3.1.5 Receita Industrial

Não houve previsão ou arrecadação dessa categoria de receitas no exercício sob exame.

2.3.2.1.3.1.6 Receita de Serviços

Registra o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de meteorologia, agropecuários e etc.

As receitas de serviços, inicialmente previstas em R\$187.092.000,00, somando-se as receitas intraorçamentárias, atingiram, ao final do exercício de 2011, a importância de R\$176.181.314,66, correspondendo a 1,15% da arrecadação do Poder Executivo, sendo distribuídas de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 197 Poder Executivo – Receita de Serviços

Título	Valor	Em R\$1
		%
Orçamentárias	148.860.522	84,49
Serviços Financeiros	39.192.838	22,25
Serviços de Comunicação	5.453.984	3,10
Serviços de Saúde	92.285.115	52,38
Serviços de Processamento de Dados	7.744.142	4,40
Serviços Administrativos	450.332	0,26
Serviços Educacionais	2.470.054	1,40
Serviços Agropecuários	285.452	0,16
Serviços Recreativos e Culturais	94.334	0,05
Serviços de Consultoria, Assist. Técnica e Análise de Projetos	578.085	0,33
Serviços de Hospedagem e Alimentação	302.809	0,17
Serviços de Cadastramento de Fornecedores	3.378	0,00
Intraorçamentárias	28.806.775	16,35
Serviços Administrativos	28.806.775	16,35
(-)Deduções das Receitas de Serviços	(1.485.983)	(0,84)
(-)Deduções das Receitas de Serviços	(1.485.983)	(0,84)
Total	176.181.315	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.3.1.7 Transferências Correntes

Esse grupo de receitas representa os recursos financeiros recebidos de pessoas jurídicas ou físicas e que serão aplicados no atendimento de despesas correntes. As transferências correntes recebidas no exercício de 2011 atingiram o montante de R\$3.662.923.717,15. Com as deduções ocorridas na arrecadação desta receita, de R\$356.635.854,90, seu valor passou para R\$3.306.287.862,25, sendo responsável por 21,58% do total da arrecadação do Poder Executivo.

As mais relevantes entre as transferências correntes são aquelas originadas da participação do Estado na receita da União, com um percentual na ordem de 55,67%, dentre as quais se destaca a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, conforme detalhado na tabela a seguir:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 198 Poder Executivo – Transferências Correntes

Em R\$1,00

Título	Valor	%
Transferências Intergovernamentais	<u>3.638.628.505</u>	<u>110,05</u>
Transferências da União	<u>2.265.964.882</u>	<u>68,54</u>
Participação na Receita da União	<u>1.840.663.408</u>	<u>55,67</u>
Cota-Parte Fundo Participação dos Estados e do Distrito Federal	1.708.354.553	51,67
Cota-Parte do Imposto sobre Produtos Industrializados	54.528.849	1,65
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE	77.779.844	2,35
Cota-Parte Imp. sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seg. Rel. a Títulos ou Valores Mobiliários – Comércio do Ouro	161	0,00
Transferência de Compensação Financeira p/ Exploração de Recursos Naturais	<u>79.759.932</u>	<u>2,41</u>
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde/SUS – Repasse Fundo a Fundo	<u>704.447</u>	<u>0,02</u>
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	<u>124.755.573</u>	<u>3,77</u>
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. nº 87/96	<u>19.520.280</u>	<u>0,59</u>
Outras Transferências da União	<u>200.561.243</u>	<u>6,07</u>
Transferências Multigovernamentais	<u>1.372.663.623</u>	<u>41,52</u>
Transf. de Rec. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb	1.372.663.623	41,52
Transferências de Instituições Privadas	<u>1.500</u>	<u>0,00</u>
Doação de Pessoas Jurídicas a UEG	1.500	0,00
Transferências de Convênios	<u>24.293.712</u>	<u>0,73</u>
Transferências de Convênios da União e suas Entidades	18.748.460	0,57
Transferências de Convênios dos Municípios e suas Entidades	1.050.533	0,03
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	173.425	0,01
Outras Transferências de Convênios	4.321.293	0,13
(-)Deduções das Receitas de Transferências	<u>(356.635.855)</u>	<u>(10,79)</u>
Total	<u>3.306.287.862</u>	<u>100,00</u>

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

O Fundo de Participação dos Estados corresponde a 21,50% da receita líquida da arrecadação federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. O índice de participação de cada Estado foi estabelecido por meio do anexo único da Lei Complementar Federal nº 62/89, sendo que ao Estado de Goiás são destinados 2,8431% deste Fundo.

Os coeficientes de participação dos Estados na Receita da União são estipulados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que é também o responsável pela auditoria da Receita do Imposto de Renda – IR e do Imposto sobre os Produtos Industrializados – IPI, que servem de base para o cálculo das transferências aos Estados e Municípios.

2.3.2.1.3.1.8 Outras Receitas Correntes

Os ingressos de recursos orçamentários classificados nesse subgrupo de contas perfizeram em 2011 o montante líquido de R\$1.017.127.462,85, correspondendo a um superávit de arrecadação da ordem de 132,44% da previsão inicial, que era de R\$437.580.000,00.

A tabela seguinte apresenta a composição dessas receitas:

Tabela 199 Poder Executivo – Outras Receitas Correntes

Título	Valor	Em R\$1
		%
Multas e Juros de Mora	224.682.003	22,09
Indenizações e Restituições	42.310.099	4,16
Receita da Dívida Ativa	642.471.158	63,17
Receitas Diversas	134.075.065	13,18
(-)Deduções das Outras Receitas Correntes	(26.410.862)	(2,60)
Total	1.017.127.463	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

2.3.2.1.3.2 Receitas de Capital

São registradas nesse grupo de contas as receitas que alteram o patrimônio duradouro do Estado. Compreende as receitas provenientes da conversão de bens e direitos em espécie, do recebimento de amortizações de empréstimos anteriormente concedidos, da contratação de empréstimos a longo prazo, de transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado para custear despesas de capital.

As receitas de capital do Poder Executivo atingiram o valor de R\$1.834.162.933,34, correspondendo a um aumento de 4,17% da sua previsão inicial, no montante de R\$1.760.736.000,00. Sua composição consta da tabela a seguir:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 200 Poder Executivo – Receitas de Capital

Título	Valor	Em R\$1
		%
Operações de Crédito	1.760.436.794	95,98
Alienação de Bens	4.039.178	0,22
Amortização de Empréstimos	1.185.769	0,06
Transferências de Capital	68.481.192	3,73
Outras Receitas de Capital	20.000	0,00
(-)-Deduções das Receitas de Capital	0	0,00
Total	1.834.162.933	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

As receitas de capital do exercício apresentaram um acréscimo de 520,77% em relação à arrecadação verificada em 2010, que alcançou o montante de R\$295.463.620,98.

A seguir são detalhados os subgrupos de receitas que compõem as receitas de capital.

2.3.2.1.3.2.1 Receitas de Operações de Crédito

As receitas de operações de crédito são provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas, ou seja, obtenção de créditos mediante empréstimos realizados pela administração pública. Dessa forma, tais receitas resultam em movimentação de registros no ativo, no passivo e nas variações patrimoniais.

O montante previsto para este subgrupo de receitas foi de R\$1.589.362.000,00, ao final do exercício o saldo apresentado foi de R\$1.760.436.794,23, decorrente de novas contratações de dívidas, por parte do Estado.

A contratação dessa operação de crédito está comentada no item 1.2.2.2.1 que discorre sobre a dívida consolidada do Estado. Vale ressaltar que trata-se de empréstimo realizado junto à Caixa Econômica Federal para fazer face à amortização de dívidas da Celg.

2.3.2.1.3.2.2 Receitas de Alienação de Bens

A tabela a seguir demonstra a composição das receitas de alienação de bens:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 201 Poder Executivo – Receitas de Alienação de Bens

Título	Valor	Em R\$1
		%
Alienação de Bens Móveis	3.834.885	94,94
Alienação de Títulos Mobiliários	0	0,00
Alienação de Outros Bens Móveis	3.834.885	94,94
Alienação de Bens Imóveis	204.293	5,06
(-)Deduções de Alienação de Bens	0	0,00
Total	4.039.178	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A previsão orçamentária para as receitas com alienação de bens era de R\$2.338.000,00, tendo sido arrecadado o montante líquido de R\$4.039.177,58, representando um superávit de 72,76% dessa previsão.

2.3.2.1.3.2.3 Amortização de Empréstimos

A previsão orçamentária para essa origem de receitas foi de R\$2.757.000,00, tendo sido efetivamente amortizado o montante de R\$1.185.769,16.

2.3.2.1.3.2.4 Transferências de Capital

As transferências de capital recebidas em 2011 somaram R\$68.481.192,37, perfazendo 41,21% da cifra prevista, que era de R\$166.182.000,00.

Tabela 202 Poder Executivo – Transferências de Capital

Título	Valor	Em R\$1
		%
Transferências Intergovernamentais	743.487	1,09
Transferências da União	743.487	1,09
Transferências de Convênios	67.737.705	98,91
Transf. de Convênios da União p/ Sistema Único de Saúde – SUS	1.036.426	1,51
Transf. de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	26.729.817	39,03
Outras Transf. de Convênios da União	31.959.105	46,67
Transf. de Convênios dos Estados e do DF e suas Entidades	658.261	0,96
Transf. de Convênios com Outras Entidades	7.354.096	10,74
Total	68.481.192	100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Das transferências de capital recebidas, 98,91% refere-se a receita de convênios, com destinações específicas e classificadas como recursos vinculados.

2.3.2.1.3.2.5 Outras Receitas de Capital

As outras receitas de capital recebidas em 2011 importaram em R\$20.000,00, representando 0,33% da previsão inicial de R\$6.097.000,00.

2.3.2.2 Despesa

2.3.2.2.1 Comparação entre a Despesa Autorizada e a Executada

A despesa do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2011, fixada pela Lei Orçamentária Anual nº 17.266, de 26 de janeiro de 2011, foi de R\$13.528.681.000,00, originários dos recursos do Tesouro, convênios e receitas próprias das autarquias, fundações e fundos especiais.

Com a abertura de créditos adicionais no montante de R\$5.381.565.162,50 e reduções de R\$3.662.269.206,56, a despesa autorizada alcançou a importância de R\$15.247.976.955,94, representando um acréscimo de 12,71% da previsão inicial.

Do montante autorizado, foram executadas despesas no valor de R\$13.061.744.857,45, ocasionando uma economia orçamentária de R\$2.186.232.098,49, da ordem de 14,34%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 203 Poder Executivo – Comportamento da Despesa

Título	Em R\$1	
	Valor	%
Despesa Autorizada	15.247.976.956	100,00
Despesa Executada	13.061.744.857	85,66
Economia Orçamentária	2.186.232.098	14,34

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

A gestão da despesa orçamentária será objeto de análise nos itens seguintes.

2.3.2.2.2 Classificação Institucional da Despesa

A execução da despesa por órgão e entidade do Poder Executivo apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2011:

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Tabela 204 Poder Executivo – Despesas Segundo a Classificação Institucional

Órgão	Valor	%	Em R\$1
Administração Direta	<u>7.592.800.771</u>		<u>58,13</u>
Gabinete do Secretário da Casa Civil – Gab-SCC	60.667.433		0,46
Defensoria Pública do Estado de Goiás – DPEG	2.261.185		0,02
Vice-Governadoria – VG	3.514.374		0,03
Procuradoria Geral do Estado – PGE	62.056.786		0,48
Controladoria Geral do Estado – SEG	11.991.593		0,09
Gabinete Militar – GM	22.199.901		0,17
Secretaria de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia – Sederm	2.400.061		0,02
Secretaria das Cidades – Cidades	14.912.100		0,11
Secretaria de Articulação Institucional – Saip	7.428.730		0,06
Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação – Seagro	28.589.264		0,22
Secretaria de Cidadania e Trabalho – SCT	72.137.239		0,55
Secretaria da Educação – Seduc	1.838.136.802		14,07
Gabinete do Secretário da Fazenda – Gab-Sefaz	535.198.735		4,10
Encargos Financeiros do Estado – SEF – Sefaz	3.102.816.533		23,75
Encargos Especiais – SEF – Sefaz	151.630.461		1,16
Secretaria de Indústria e Comércio – SIC	4.608.545		0,04
Secretaria de Infraestrutura – Seinfra	19.993.169		0,15
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – Semarh	17.597.587		0,13
Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento – Gab-Segplan	87.668.606		0,67
Encargos Gerais do Estado – Segplan –	174.073.457		1,33
Gabinete do Secretário da Segurança Pública e Justiça – Gab-SSP	148.543.957		1,14
Polícia Militar – PM	802.508.139		6,14
Corpo de Bombeiros Militar – CBM	151.899.932		1,16
Polícia Civil – Gab-PC	264.251.633		2,02
Secretaria de Ciência e Tecnologia – Sectec	4.567		0,00
Secretaria de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial – Semira	5.709.978		0,04

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Órgão	Valor	%
Administração Indireta	<u>3.653.359.833</u>	<u>27,97</u>
Agência Goiana de Comunicação – Agecom	110.484.205	0,85
Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – Detran	157.129.251	1,20
Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – Emater	28.068.584	0,21
Agência Goiana de Defesa Agropecuária – Agrodefesa	80.938.014	0,62
Agência Goiana de Esporte e Lazer – Agel	25.869.153	0,20
Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – Agepel	20.666.845	0,16
Junta Comercial do Estado de Goiás – Juceg	10.430.396	0,08
Agência Estadual de Turismo – Goiás Turismo	16.468.357	0,13
Agência Goiana de Transportes e Obras – Agetop	346.348.522	2,65
Agência Goiana de Desenvolvimento Regional – AGDR	7.594.847	0,06
Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR	22.225.596	0,17
Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás – Ipasgo	825.075.083	6,32
Goiás Previdência – Goiasprev	1.737.220.201	13,30
Agência Goiana do Sistema de Execução Penal – Agesep	46.476.552	0,36
Universidade Estadual de Goiás – UEG	178.410.393	1,37
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – Fapeg	39.953.834	0,31
Fundos Especiais	<u>1.815.584.254</u>	<u>13,90</u>
Fundo de Manutenção e Reparelhamento da Procuradoria Geral do Estado – Funproge	887.482	0,01
Fundo Especial de Desenvolvimento Rural – Funder	789.203	0,01
Fundo de Assistência Social – Feas	61.909.380	0,47
Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Fecad	15.000	0,00
Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – Protege	358.684.627	2,75
Fundo de Modernização da Administração Fazendária do Estado de Goiás – Fundaf	5.149.860	0,04
Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – Fomentar	12.038.453	0,09
Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais – Funproduzir	12.715.058	0,10

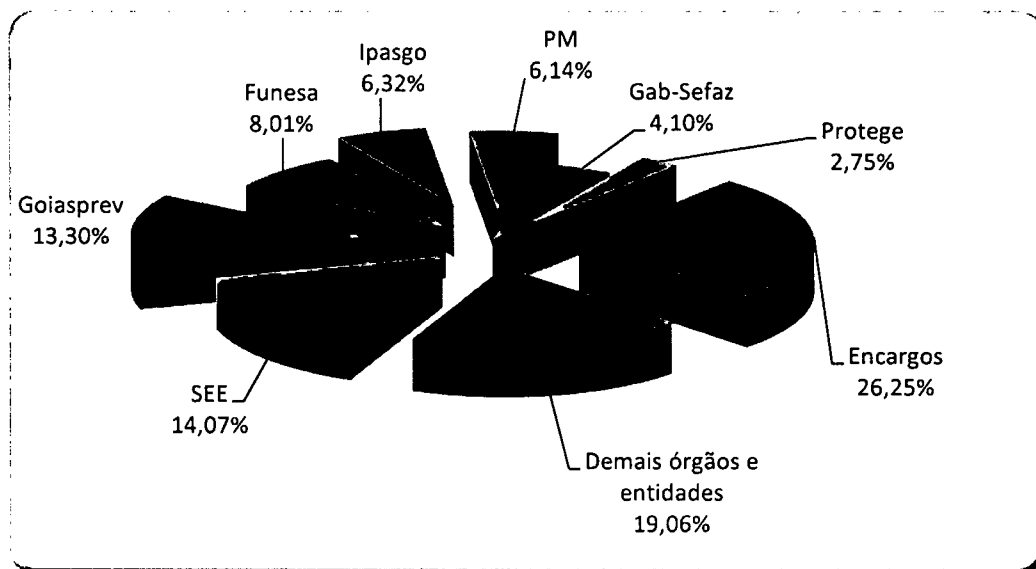
Em R\$1

Órgão	Valor	%
Fundo de Fomento à Mineração – Funmineral	12.511.045	0,10
Fundo Estadual do Meio Ambiente – Fema	15.250.657	0,12
Fundo de Capacitação do Servidor e de Modernização do Estado de Goiás – Funcam	216.683	0,00
Fundo de Fomento ao Desenvolvimento Econômico e Social de Goiás – Fundes	498.092	0,00
Fundo Especial de Saúde – Funesa	1.046.531.454	8,01
Fundo Especial de Gestão da Escola Estadual de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago – Fungesp	1.246.634	0,01
Fundo Estadual de Segurança Pública – Funesp	61.645.548	0,47
Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon	732.069	0,01
Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia – Fectec	46.161.566	0,35
Fundo de Transportes – FT	178.601.443	1,37
Total	13.061.744.857	59,28

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Destacam-se, pelo volume de aplicação de recursos, a Seduc, a Goiasprev, o Funesa, a Ipasgo, a PM, o Gab-Sefaz e o Protege Goiás, responsáveis por 54,69% da execução da despesa, e ainda as transferências constitucionais e encargos financeiros, com 26,25%, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 31 Poder Executivo – Participação dos Órgãos na Despesa



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Na administração direta, excetuando-se os gastos com encargos, a Secretaria da Educação – Seduc obteve a maior participação no orçamento do Poder Executivo com 14,07%.

Entre as autarquias e fundações, a Goiás Previdência – Goiasprev foi o órgão com maior participação no orçamento do Poder Executivo com 13,30%.

E entre os fundos especiais, o Fundo Especial de Saúde – Funesa e o Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás – Protege Goiás tiveram a maior participação no orçamento do Poder Executivo com 8,01% e 2,75%, respectivamente.

Os encargos, responsáveis por 26,25% do total da despesa, compreendem os gastos decorrentes de transferências constitucionais, de recursos para saldar compromissos relativos à dívida interna e externa e de subvenções econômicas.

2.3.2.2.3 Classificação Funcional da Despesa

A despesa por função do Poder Executivo apresentou o seguinte comportamento no exercício de 2011:

Tabela 205 Poder Executivo – Classificação da Despesa por Função

Função	Valor	%
		Em R\$1
Funções Sociais	5.847.528.238	44,77
Educação	2.481.272.734	19,00
Saúde	1.863.220.490	14,26
Previdência Social	1.281.657.450	9,81
Assistência Social	145.170.991	1,11
Desporto e Lazer	29.375.001	0,22
Cultura	26.086.957	0,20
Direitos da Cidadania	11.103.129	0,09
Trabalho	9.641.487	0,07
Funções de Produção	483.119.282	3,70
Ciência e Tecnologia	296.494.903	2,27
Agricultura	123.136.238	0,94
Indústria	34.788.836	0,27
Comércio e Serviços	28.690.305	0,22
Organização Agrária	9.000	0,00
Funções Típicas do Estado	1.503.820.587	11,51
Segurança Pública	1.442.283.810	11,04
Judiciária	61.536.777	0,47

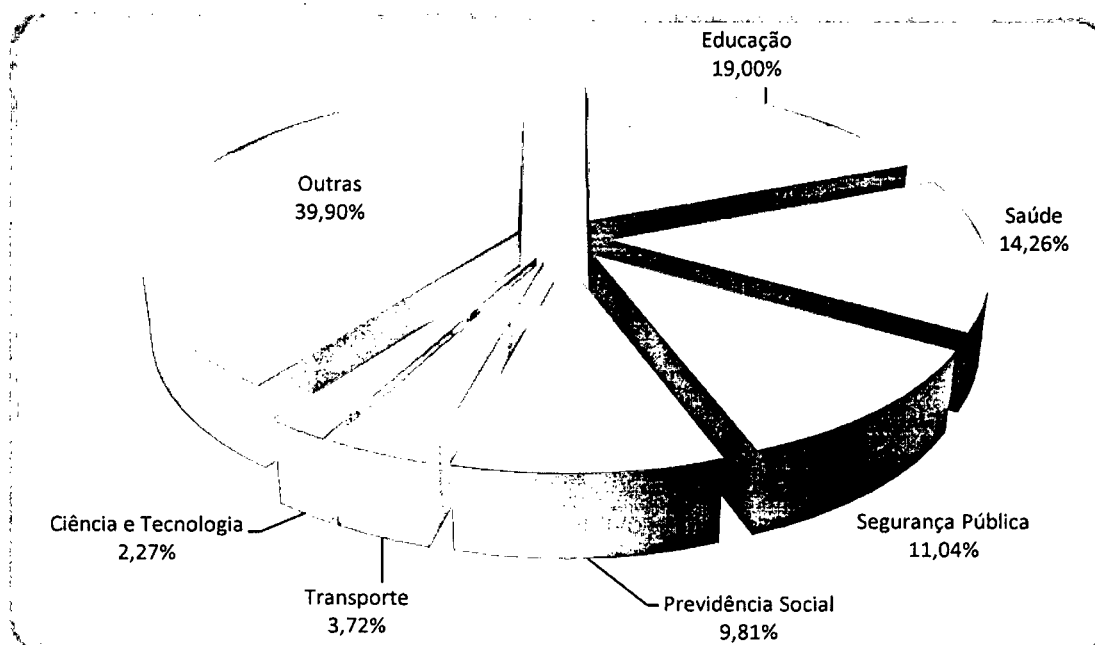
Relatório sobre as Contas do Governador do Estado
Análise Consolidada do Poder Executivo
Gestão Orçamentária e Financeira do Poder Executivo

Função	Valor	%	Em R\$1
Funções de Infraestrutura	504.591.543		3,86
Transporte	485.668.367		3,72
Habitação	8.168.682		0,06
Comunicações	4.665.416		0,04
Urbanismo	3.565.378		0,03
Saneamento	2.498.262		0,02
Energia	25.438		0,00
Administração	1.533.498.708		11,74
Relações Exteriores	90.469		0,00
Gestão Ambiental	5.673.420		0,04
Encargos Especiais	3.183.422.610		24,37
Total	13.061.744.857		100,00

Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.

Como se depreende do quadro anterior, as funções mais representativas, por volume de recursos, são: educação, saúde, segurança pública, previdência social, transporte e ciência e tecnologia, que participam com 60,10% da execução da despesa do Poder Executivo. O gráfico a seguir ilustra esta distribuição:

Gráfico 32 Poder Executivo – Despesa por Função



Fonte: Balanço Geral do Poder Executivo – 2011.